



Universidade de Brasília (UNB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência  
da Informação e Documentação (FACE)  
Departamento de Economia (ECO)  
**Programa de Pós-Graduação em Economia**

## **GASTOS PÚBLICOS FEDERAIS X ENSINO SUPERIOR X EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**

**HEVERSON CID OLIVEIRA**

Brasília - DF

2013



Universidade de Brasília (UNB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência  
da Informação e Documentação (FACE)  
Departamento de Economia (ECO)  
**Programa de Pós-Graduação em Economia**

## **GASTOS PÚBLICOS FEDERAIS X ENSINO SUPERIOR X EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**

HEVERSON CID OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Economia da Universidade de Brasília como  
requisito para obtenção do título de **Mestre em  
Economia de Finanças Públicas**.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Amorim Loureiro

Brasília - DF

2013

“Educação é à base da sociedade, sem  
ela não se chega a lugar algum.”

Ruth Graziella

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, primeiramente por mais um dia de vida, pela sua compaixão, pela sua graça, pela sua bondade e misericórdia, que estão sempre presentes, sustentando-me nos momentos mais difíceis.

A minha esposa Aídes, que me apoiou nos momentos de dificuldades, angústias, tristezas e alegrias.

A toda minha família, pai, mãe, irmãos, filhos, sobrinhos e principalmente a Isis Layne pelo apoio e incentivo na realização da pesquisa.

Aos colegas de turma pela troca de experiências e conhecimentos.

Aos professores pela vontade de querer nos fazer pessoas melhores através da transmissão do conhecimento e pela várias tentativas de nos fazer refletir e entender os seus ensinamentos.

## RESUMO

A reforma universitária idealizada na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e iniciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, traz uma nova configuração da universidade pública brasileira. O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas - REUNI - é apresentado como uma das principais ações do governo federal, visando à ampliação do número de vagas e diminuição do índice de evasão da universidade pública. Este trabalho é uma análise da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília sobre a implantação do REUNI na UNB, tendo como principal objetivo mostrar o grande investimento no programa e conseqüentemente seus pontos positivos e negativos. A metodologia utilizada para chegar aos resultados foi obtida por meio de pesquisa bibliográfica, análise de dados e documentos, realizados no referido Campus da UnB, e indicam que, a adesão maciça das universidades federais ao REUNI, com os indicadores pactuados no Programa, não vêm sendo plenamente alcançados.

**Palavras-Chave:** REUNI, Ensino Superior, Universidade de Brasília – UnB

## ABSTRACT

The University reform idealized during The govern of President Fernando Henrique Cardoso and started by President Luis Inacio Lula da Silva, introduce a new configuration of the Brazilian Public University. The program from support to Restructuration Plans and Expansion of Public University – REUNI – is presented as one of the main important actions from the federal govern, aiming to increase the number of vacancies offered and decreasing the dropout rate on public university. This work represents an analysis from a research done on Pos-graduation Program in Economy from Brasilia University on the implantation of REUNI in UNB, having as main goal show the big investment in the program and consequently its positive and negative points. The methodology used to achieve the results were obtained through literature searching, data and document analysis carried out into UNB Campus and are indicating that the massive adherence from federal universities to REUNI with the agreed indicators to the Program not are being fully achieved.

**Keywords:** Higher Education, MEETING, University of Brasilia - UNB

## SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. ORÇAMENTO PÚBLICO: RECEITAS, DESPESAS E INVESTIMENTOS EM ENSINO SUPERIOR.....	14
1.1 Razões do crescimento das despesas públicas.....	15
1.2 Classificações Econômicas das Despesas Públicas.....	17
1.2.1 Despesas Correntes.....	17
1.2.2 Despesas de Capital.....	18
1.3 Atribuições Econômicas do Estado.....	19
1.3.1 Função Alocativa.....	19
1.3.2 Função Distributiva.....	20
1.3.3 Função Estabilizadora.....	20
1.4 Políticas públicas e falhas de mercado.....	21
1.5 Gastos públicos em educação.....	22
2. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	25
2.1 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).....	32
2.2 REUNI: um apanhado geral.....	34
3. METODOLOGIA.....	41
4. IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	45
4.1 Demonstrativos dos Investimentos na UnB através do REUNI.....	49
4.1.1 Meta de novos cursos e abertura de vagas X, os cursos efetivamente abertos e as vagas ocupadas.....	50
4.1.2 Meta de Contratação de docentes X contratação efetiva.....	53
4.2 Gastos previstos, orçamento disponibilizado.....	56
4.2.1 Nível de evasão dos alunos.....	58
4.2.2 Relação dos gastos e obras feitas na UnB.....	59
4.2.3 Estado físico atual dos <i>campi</i> .....	62
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Meta de crescimento na UnB	53
Gráfico 2: Evolução dos docentes da UnB	55
Gráfico 3: Evolução dos Técnicos Administrativos da UnB	55
Gráfico 4: Investimento total do REUNI	56
Gráfico 5: Orçamento x Gastos da UnB	57
Gráfico 6: Evasão	58
Gráfico 8: Total de Evasão	59



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Cursos e vagas criadas	51
Tabela 2 Evolução dos docentes da UnB, 2006 a outubro de 2012	54
Tabela4 Evolução do número de alunos matriculados na Graduação e na Pós-Graduação no período de 2000 a 2012	57
Tabela 5: Investimento - Obras e Reforma	59

## INTRODUÇÃO

---

Desde os primórdios da humanidade, houve a reunião de pessoas em determinado local para discutirem e disseminarem os conhecimentos culturais, sociais, econômicos etc. para que fosse dada continuidade, com devidas melhorias, à vida humana. No mundo ocidental, mais especificamente, na era moderna, esse local para disseminar o conhecimento denominou-se escola, em que o cidadão, em grupo, tem o acesso mais direcionado ao conhecimento do funcionamento da vida, em suas diversas divisões.

No Brasil, à junção entre ensino médio e ensino fundamental (a última é obrigatória por Lei) dá-se o nome de educação básica, e que insere o indivíduo em meio a outras pessoas e lhe dá aparatos para conhecer o mundo, para fazer descobertas a partir de seus próprios questionamentos. Após a educação básica, tem-se o ensino tecnológico e o superior. No ensino superior, o indivíduo escolherá qual profissão seguir, portanto, em que tipo de área (Humana, Exatas, Ciências Naturais) atuará, e se aperfeiçoará na fase de pós-graduação.

Porém, para essa inserção do indivíduo na escola ou na faculdade pública, especificamente na universidade pública, seja possível, faz-se necessária uma série de programas de incentivo ao ingresso no ensino superior, bem como de infraestrutura viabilizadora de ingresso e continuação do estudo por parte dos interessados. E para proporcionar o direito, o Estado tem desenvolvido políticas públicas de modo a proporcionar, ainda que a longo prazo, o acesso educacional a toda a sociedade.

Ao longo dos últimos anos, nesse sentido, houve uma crescente preocupação com as políticas públicas brasileiras no que tange ao investimento de capital interno no sistema educacional, apesar de tais investimentos se mostrarem ainda insuficientes para os padrões internacionais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>“Na educação, os investimentos públicos representaram 5% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o Plano Nacional de Educação, o padrão internacional, que é de 7%, seria alcançado em 2020. Há dez anos, eram investidos cerca de 3% do PIB na educação.” Notícia retirada de: Portal Brasil, publicado em 15/05/2012 19:59. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/15/investimentos-em-educacao-e-saude-no-brasil-estao-longo-dos-padroes-internacionais-diz-ipea>. Acesso em: 6 fev. 2013.

A presente dissertação de mestrado é motivada pelo atual contexto em que os projetos adotados com o fim de suprir as necessidades de investimentos em educação de nível superior de qualidade no Brasil demonstram-se duvidosos quanto à sua eficácia. Muitos projetos que visam suprir a carência de investimentos em universidades federais foram aplicados, mas, atualmente, o que tem demonstrado maior relevância é o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O programa tem em vista investir em melhores estruturas e expansão das universidades a fim de proporcionar maior número de vagas em diversas regiões e ainda efetuar uma reforma no sistema universitário brasileiro.

No presente estudo, portanto, o foco é a implementação do REUNI na Universidade de Brasília, analisando-se quais os positivos e negativos do programa.

Para que seja possível a análise das condições atuais e dos investimentos públicos no ensino superior, é preciso tecer, de forma sintética, argumentações acerca dos conceitos de Finanças e Despesas Públicas a fim de compreender as limitações e deveres financeiros do Estado frente ao sistema educacional.

Segundo Teixeira dos Reis (2008, 17),

As Finanças Públicas, numa perspectiva operacional, podem ser definidas como as operações destinadas à obtenção, distribuição e aplicação dos recursos financeiros imprescindíveis à consecução das metas perseguidas pelo Estado na satisfação das necessidades coletivas. (negrito do autor)

Em resumo, o Estado possui formas de adquirir capital, através do recolhimento de impostos, taxas e outros, a fim de destiná-lo à organização estatal e investimento nas áreas que demandam atenção. Por outro lado, existem os gastos e direcionamento de todas as receitas auferidas pelo Estado também denominadas como Despesa Pública.

Segundo James Giacomoni (2010) Despesa Pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos-despesas correntes (prestados à sociedade ou para a realização de investimentos) e despesas de capital.

Giacomani (2010) também cita que uma das características mais marcantes da economia do século XX é o crescente aumento das despesas públicas. Essa situação é encontrada não apenas nos países de economia coletivizada, onde o

Estado, por definição, é o grande agente econômico, mas também nas nações capitalistas avançadas, defensoras da livre iniciativa e da economia de mercado.

Vários estudiosos esclarecem que um país em desenvolvimento à medida que desenvolve sua economia, aumenta com ela as despesas sociais, como: transporte, saúde, educação e assistência social. Por isso faz-se necessário o grande volume de arrecadação de impostos, o que, obviamente, desagrade à sociedade, que percebe que gasta cada vez mais para serviços de baixa qualidade. Por isso, no Brasil, está sendo discutida a importância do melhor gerenciamento no gasto público.

No que diz respeito às políticas públicas de investimentos em ensino superior, em especial, à expansão da Universidade de Brasília – UnB frente ao programa de reestruturação das políticas públicas governamentais de incentivo ao crescimento das universidades federais, denominado REUNI – criado pelo Decreto n. 6.096/07 –, uma série de mudanças tem sido adotadas. O que se denota criação do Decreto Presidencial é que o programa REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18% ao final de cinco anos do início de cada plano.

A discussão atual é a premente necessidade de que o Brasil tenha uma educação de qualidade, buscando aperfeiçoamento por meio de critérios qualitativos. No entanto, o que se observa é que o REUNI trouxe uma proposta quantitativa, pois o foco é ter uma média de 90% de alunos com a graduação concluída.

Ressalte-se que a finalidade deste estudo não é a simples análise da redução de gastos públicos que, por sua vez, pode gerar ineficiências na oferta dos serviços; nem se pretende confundir melhoria do gasto público com uma avaliação meramente do que foi executado. O que se pretende demonstrar é que os recursos públicos não podem ser gastos de forma aleatória e sim que Universidades tenham melhores estruturas para receber professores e alunos, buscando a melhoria de ensino, laboratórios de pesquisas de qualidade, que haja mais professores e que as pessoas tenham nível de educação melhor.

Assim sendo, o intuito do trabalho é analisar a possível ocorrência de elevação da produtividade e da eficiência dos recursos empregados mediante a implementação de boas práticas de gestão ligadas a despesas administrativas.

Com base no exposto acima, o presente estudo pretende realizar uma análise acerca do crescimento das despesas públicas, suas classificações, atribuições econômicas do Estado, juntamente à política pública de expansão das universidades, no que se refere ao âmbito do REUNI na UnB.

## 1. ORÇAMENTO PÚBLICO: RECEITAS, DESPESAS E INVESTIMENTOS EM ENSINO SUPERIOR

---

O Brasil, por estar incluído no modelo de sociedade democrática, adota um sistema financeiro estatal em que o Estado é responsável por garantir uma série de direitos fundamentais à sociedade, mas, para isso, foi preciso adotar um sistema pautado em normas e práticas que regem o sistema financeiro.

Na lição de Nelson Machado, “o orçamento público é percebido como poderoso instrumento capaz de alcançar três grandes objetivos: controle político de arrecadação e dos gastos públicos, intervenção econômica e administração ou gestão pública” (MACHADO, 2005, p.46).

Ora, é certo que, em um primeiro momento, a maior preocupação do gestor público é o sistema arrecadatório, pois é por meio dele que poderão ser estabelecidos os limites do orçamento público. Ademais, no que tange ao controle político, esse é exercido pelo Poder Executivo em duas etapas, “na aprovação do orçamento anual e, posteriormente, na análise e aprovação ou não das contas apresentadas pelo Poder Executivo” (MACHADO, 2005).

No que concerne à intervenção econômica, apesar de caracterizada em dois grandes modelos, intervencionista e liberal, ambos necessitam do orçamento público para definir as funções alocativas, distributivas e, ainda, estabilizadoras do Estado.

Consoante entendimento de José Matias-Pereira:

Cabe ao Estado, portanto, a responsabilidade de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos essenciais demandados pela coletividade. Para atingir esse objetivo, o Estado necessita de recursos financeiros, que são obtidos por meio de várias fontes, a fim de promover os serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento das atividades estatais e ao bem comum da população. Dessa maneira, o custeio das necessidades públicas realiza-se por meio da transferência de parcelas dos recursos dos indivíduos e das empresas para o governo, complementando assim o círculo financeiro entre sociedade e Estado (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 122).

Em razão disso, as finanças públicas, também consideradas como a atividade financeira do Estado, são ponto relevante para o estudo em tela, pois é a partir do ponto que se pode decidir o montante a ser destinado ao ensino superior,

bem como os projetos e as atividades a serem desenvolvidos para que as diretrizes sejam eficazmente cumpridas.

### 1.1 Razões do crescimento das despesas públicas<sup>2</sup>

O economista alemão Adolf Wagner foi um dos maiores contribuidores para o estudo do tema em questão, sendo que, na década de 1880, formulou a chamada “Lei do Crescimento Incessante das Atividades Estatais.” Esta lei, também conhecida como Lei de Wagner, é pautada na premissa de que quanto mais o nível de renda em países industrializados cresce, mais o setor público também se desenvolve, mas com taxas sempre mais elevadas, de modo que a atividade relativa do Estado, e sua interferência na economia, cresça com o ritmo de crescimento econômico do país.

Segundo denota James Giacomani, a Lei de Wagner foi comprovada empiricamente por Richard Bird: “ao verificar que a elasticidade das despesas públicas em relação à Renda Nacional foi sempre superior à unidade em países como Reino Unido, Alemanha e Suécia, nos períodos compreendidos entre 1910 e 1960” (GIACOMANI, 2010, p.46).

O economista Adolph Wagner, em 1980, foi um dos primeiros a tentar explicar a existência da relação entre gastos públicos e crescimento econômico, criando, pois, a “Lei de Wagner sobre a expansão das atividades do Estado” em que os “gastos públicos cresceriam inevitavelmente mais rápido do que a renda nacional em qualquer estado progressista”, concluiu ainda que o “crescimento das atividades do governo era uma consequência do progresso social” aumentando assim os gastos públicos (CÂNDIDO JUNIOR, 2001, p. 3, e RIANI 2002).

A Lei dos Dispendios Públicos Crescentes, a chamada Lei de Wagner dispõe que o crescimento da renda *per capita* necessita da participação cada vez maior do governo na oferta de bens públicos.

Para Samuelson e Nordhaus (1993, p. 206), a alocação eficiente dos recursos públicos na economia, dispõe que “as despesas públicas em bens e

---

<sup>2</sup>Para o desenvolvimento deste tópico, foram colhidos subsídios na seguinte obra: Giacomani, James. **Orçamento público**. 15. ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

serviços são um fator que exerce influência significativa nos níveis de produção e de emprego”.

Ram (1986), Barro (1990), Cashin (1995), Ascahuer, (1989 apud CANDIDO JUNIOR), estudando setores que produzem insumos usados pela iniciativa privada concluíram que “os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado”.

Podem ser citados serviços que preservam os direitos de propriedade e defesa nacional, bem como os serviços de infraestrutura, tais como transporte, telecomunicações e energia.

Bird aponta os fatores determinantes da evidência formulada por Wagner, quais sejam: 1) o crescimento das funções administrativas e de segurança; 2) as crescentes demandas por maior bem-estar social, especialmente educação e saúde; e 3) a maior intervenção direta e indireta do governo no processo produtivo. (GIACOMANI, 2010, p.7).

Para Musgrave e Musgrave (apud giacomani), a hipótese apresentada para o crescimento do estado tem sido gerada pelos seguintes fatores, crescimento da renda *per capita* e o aumento da demanda por bens e serviços públicos; mudanças tecnológicas; mudanças populacionais; custos relativos dos serviços públicos; mudanças no alcance das transferências; disponibilidade de alternativas para a tributação; efeito limite e finanças de guerra; fatores políticos sociais.

Em relação aos custos relativos dos serviços públicos Musgrave e Musgrave chamam a atenção para a grande sensibilidade que os custos públicos têm relativamente à inflação. Além disso, boa parte das atividades estatais é do tipo “trabalho intensivo” – educação, por exemplo – característica que as tornam pouco suscetíveis ao emprego de técnicas de racionalização e de novas tecnologias que visam à diminuição de custos.



## **1.2 Classificações Econômicas das Despesas Públicas**

Conforme a Lei n. 4.320/1964 em seu artigo 12, a classificação das despesas econômicas dar-se-á em despesas correntes e despesas de capital. Ambas diferem-se pelos efeitos que produzem. Em síntese, as despesas correntes estão ligadas ao custeio dos serviços públicos realizados pelos entes públicos, enquanto as de capital dizem respeito à realização de investimentos para agregar ativos para o ente que a realiza.

Para José Mauricio Conti, as despesas correntes devem ser vistas sob o aspecto remuneratório dos serviços, sendo despesas ligadas à manutenção de utilidades públicas promovidas pelo Estado, sendo que as despesas de capital, por sua vez, criam utilidades e aumentam a capacidade de produção do Estado, promovendo o desenvolvimento econômico (CONTI, 2008, p. 66).

### **1.2.1 Despesas Correntes**

Consoante acima mencionado, as despesas correntes são aquelas que não enriquecem o patrimônio público, mas são necessárias à execução dos serviços públicos e à vida do Estado.

As Despesas de Custeio (art. 12, §1º) são as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Estão entre elas as despesas do pessoal civil, salários, pessoal militar, despesas com compra de material de consumo, remuneração de serviços prestados por pessoas físicas, locação de imóveis etc. É o custeio da máquina pública.

As Transferências Correntes (art. 12, §2º) são as dotações para despesas as quais não correspondem à contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado. Estão, entre elas, as transferências feitas de um nível de governo para outro, as transferências decorrentes da lei do orçamento e destinadas a atender despesas correntes de autarquias e fundações, pagamento de inativos, juros da dívida pública, pensionistas etc.

### 1.2.2 Despesas de Capital

Despesas de capital são as que determinam uma modificação no patrimônio público por meio de seu crescimento.

Os Investimentos (art.12, §4º) são as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. Estão, entre elas, as aquisições de material permanente, aeronaves, automóveis, mobiliário, obras de arte, equipamentos hospitalares, aumento de capital em empresas agrícolas e industriais. As Inversões Financeiras (art. 12, §5º) são as dotações destinadas a:

- I. aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
- II. aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
- III. constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.( BRASIL, 1964)

As transferências de capital (art. 12, §6º) são as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública. Estão dentre elas a Amortização da Dívida Pública, Auxílios para Obras Públicas e Auxílios para Equipamentos e Instalações.

Infere-se dos conceitos acima delineados que os gastos com a educação podem inserir-se tanto no aspecto de despesa corrente quanto no de capital, porquanto, para proporcionar educação ao máximo número de pessoas, o Estado utiliza-se de mecanismos altamente dispendiosos e que não lhe serão restituídos, ou seja, investe nesse setor a fim de exercer sua função de garantidor da educação.

Entretanto, isso se encaixa no conceito de despesa de capital no momento em que os investimentos podem trazer vantagens ao Estado e à Sociedade, como é

o caso dos benefícios trazidos por descobertas científicas e ainda o gasto com o desenvolvimento de estruturas que aperfeiçoam e possibilitam o aprimoramento do estudo científico.

### **1.3 Atribuições Econômicas do Estado**

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que tornam necessária a presença do governo.

Para Giacomani, a demanda global mais o investimento global determinam a renda global, e essas três variáveis, quais sejam, ofertas, demanda e preço, responsabilizam-se pelo nível de emprego. O controle dessas três variáveis só poderia ser atribuído ao Estado.

A partir da crise depressiva dos anos 1930, a intervenção estatal passou a ser naturalmente aceita, em especial na dinamização da demanda agregada e na utilização dos instrumentos de política de estabilização econômica.

Richard Musgrave (apud Giacomani, 2010) propôs uma classificação das funções econômicas do Estado, denominadas as “funções fiscais”, o autor as considera também como as próprias “funções do orçamento”, principal instrumento de ação estatal na economia. São três as funções: promover ajustamento na alocação de recursos (função alocativa); promover ajustamentos na distribuição de renda (função distributiva); manter a estabilidade econômica (função estabilizadora).

#### **1.3.1 Função Alocativa**

Relaciona-se à alocação eficiente de recursos tanto de receitas quanto da economia gerada pela qualidade do gasto público por parte do governo a fim de oferecer bens públicos, como as rodovias, a segurança; e os bens semipúblicos ou meritórios, exemplo: educação, saúde, infraestrutura.

Isto é, não basta apenas incrementar a arrecadação e reduzir despesas desnecessárias, é preciso também manter em níveis eficazes o controle e a responsabilidade da gestão fiscal de forma que haja melhor alocação desses recursos.

### **1.3.2 Função Distributiva**

É a redistribuição de rendas realizada através das transferências constitucionais dos impostos e dos subsídios governamentais. Um bom exemplo é a destinação obrigatória destes recursos para as ações sócias como moradia, de saúde e educação.

As doutrinas de bem-estar integradas na análise econômica convencional derivam da formulação pelo nome de Ideal de Pareto. Segundo ela, há eficiência na economia quando a posição de alguém sofre uma melhoria sem que nenhum outro tenha sua situação deteriorada, originando a chamada falha de mercado.

### **1.3.3 Função Estabilizadora**

É a aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, a estabilidade em níveis de preço, o equilíbrio no balanço de pagamento e a razoável taxa de crescimento diante da incapacidade do mercado.

O orçamento público é um importante instrumento da política de estabilização. No plano da despesa, o impacto das compras do governo sobre a demanda agregada é expressivo.

Ao lado da receita, tem-se o volume e também a variação existente entre a receita orçamentária e a renda nacional. Desta forma, segundo o economista Musgrave, este sistema fiscal possui uma flexibilidade própria que responde às mudanças na economia, mesmo que não ocorram variações na política fiscal (mudanças de alíquotas tributárias ou na legislação dos gastos governamentais).

Esta flexibilidade embutida no sistema fiscal é responsável por reações automáticas que, em algumas circunstâncias, refletem nas metas visadas pela política do setor público. Exemplo atual foi o aumento recorde da arrecadação da União mesmo com o fim da CPMF.

É certo que na esfera federal foram adotadas algumas políticas fiscais para compensar a provável perda da CPMF, mas ainda assim o incremento da arrecadação superou todas as expectativas. Fato este oriundo também de políticas de desenvolvimento e até mesmo do próprio crescimento econômico do país.

#### 1.4 Políticas públicas e falhas de mercado

As políticas públicas estão relacionadas com as Falhas de Mercado. Estas poderão ser entendidas como comportamentos tendentes à viciação das regras de jogo de mercado que violem os princípios da economia competitiva.

Conforme Orlando Petiz Pereira: “Desta violação surgem distúrbios na eficiência do mercado, quer seja ao nível da produção, quer seja ao nível da distribuição” (BALLART; RAMIÓ, 2002). Neste sentido, corroboramos com a tese de Mankiw (2001) de que os mercados, por si só, fazem coisas bem feitas. (PEREIRA, 2005, p.122)

Contudo, os mercados enfrentam, por vezes, limitações na sua atuação, o que provoca desvios no tipo e na intensidade de bem-estar. Perante o fato, que se traduz em ineficiência de mercado, os governos atuam com o pressuposto de melhorarem a locação de recursos.

Assim, definem políticas e elegem a que se apresenta com a maior probabilidade de fazer funcionar melhor o mercado (MANKIW, 2001), atuando ao nível da provisão e da regulação do mercado. Consoante Pereira:

Esses desvios que se produzem no mercado tomam o nome de falhas de mercado, que poderão ser agrupadas por categorias, dentre as quais se poderão encontrar os bens públicos e as externalidades (MANKIW, 2001). Contudo, Ballart e Ramió, 2002, numa perspectiva que consideramos mais dinâmica, optam por tipificar as falhas de mercado em bens públicos, externalidades, monopólios naturais e assimetrias na informação (PEREIRA, 2005, p. 123).

Perante tais falhas, a economia real afasta-se do pressuposto do modelo básico competitivo, o que aumenta a dificuldade da permanência da eficiência de Pareto<sup>3</sup>.

Não obstante a importância da tipificação das falhas de mercado apresentadas, outros autores preferem dar-lhe uma visão diferente, embora reconheçamos que essas diferenças se localizem mais ao nível da forma, verificando-se a convergência entre os diferentes autores quanto ao conteúdo.

Assim, de acordo com Araújo (2002), as falhas de mercado podem ser atribuídas a duas causas principais: existência de “externalidades” e existência de

---

<sup>3</sup>Conceito desenvolvido por Vilfredo Pareto, utilizado em economia para classificar situações econômicas, em que o melhor padrão é o considerado “ótimo” no sentido de Pareto.

“poder de mercado”. Externalidades de modo geral são os efeitos positivos ou negativos de uma decisão tomada por um agente econômico e que atingem os outros agentes sem que esses tenham participado dessa decisão. No entanto, a existência de poder de mercado, de acordo com Araújo (2002), traduz-se na capacidade que alguém tem para explorar o mecanismo dos preços em proveito próprio, para além dos limites considerados razoáveis em termos mínimos de justiça ou que gerem desincentivos à produção e às trocas.

### **1.5 Gastos públicos em educação**

Os gastos públicos, de maneira mais ampla, podem ser divididos em gastos produtivos e improdutivos. O primeiro diz respeito aos gastos empregados de forma a atender ao máximo os objetivos aos quais se propõem, com o menor custo possível, ou seja, maior eficiência. Em linhas gerais, “os gastos produtivos são aqueles em que os benefícios marginais sociais dos bens públicos ou produtos públicos são iguais aos custos marginais para obtê-los” (CANDIDO JÚNIOR, 2001, p. 241).

Já os improdutivos são analisados tomando por base a “diferença entre o gasto efetivo e o gasto que minimiza o custo na obtenção do mesmo objetivo.” (CANDIDO JÚNIOR, 2001, p. 243). Ora, se os custos mínimos para a produção de determinado insumo ou serviço são superados pelo montante efetivamente despendido, nota-se um valor desperdiçado que influirá na sociedade.

O desperdício, acima citado, pode decorrer de uma série de fatores, dentre os quais corrupção, interrupção de obras por motivos imprevisíveis e de força maior, deficiência no processo orçamentário e, até mesmo, a falta de preparo técnico dos gestores governamentais responsáveis pela alocação e fiscalização de cada um dos programas e recursos do governo.

A captação de recursos, em sua maior parte, advém dos impostos coletados de toda a sociedade, que ao recolherem os devidos valores, confiam receber do Estado a prestação de serviços e de infraestrutura de que necessitam para o desenvolvimento saudável de sua vida.

No entanto, quando os recursos não são bem empregados, o Estado adquire um déficit em seu orçamento, que deve ser recomposto de algum modo. Na maioria

das vezes, a fenda no orçamento prejudica os setores em que o governo investe que, se forem de bens essenciais, prejudicam diretamente a sociedade que deles faz uso.

Ressalte-se que os gastos públicos tendem a superar os impostos recolhidos de forma natural. Um exemplo é o que ocorre quando se tem o aumento da população de idosos, o Estado, como é o caso do Brasil que adota o modelo assistencialista, tem um aumento em gastos com o pagamento de aposentadoria, manutenção de baixo custo de remédios, dentre outros gastos, que não serão facilmente repostos.

Por sua vez, quando ocorre o aumento da população jovem, aumenta a demanda de mais investimentos em educação e oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, se a demanda da população de jovens for bem atendida em suas necessidades primárias, poderá haver mais recolhimento de impostos para o Estado e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico em diversos setores.

Nesse contexto hipotético, o Estado, a fim de manter seu equilíbrio financeiro, deve buscar organizar seu orçamento de modo a obter eficiência nos serviços que presta à população, bem como buscar formas de suprir aquilo que não pode prestar diretamente, seja por meio de privatização de determinados bens e serviços, da formação de parcerias público-privadas e até mesmo concorrência do Estado no mercado, através de suas empresas públicas.

O foco central desta discussão é chegar à conclusão de que para o controle da produtividade dos gastos públicos é necessário identificar os objetivos primários de cada programa de gasto e o que efetivamente se alcançou com os recursos empenhados.

Consoante artigo publicado pelo IPEA (SILVA; ALMEIDA, 2012, p. 222), estudos do Banco Mundial e da Unesco demonstram que “nenhum país conseguiu um desenvolvimento sustentável sem investir substancialmente em educação e em saúde”. Os países da América Latina, África e da Ásia Central investem menos em educação pública se comparados à Europa, ao Oriente Médio, aos Estados Unidos e aos outros países industrializados.

Estes estudos ainda revelam que os países em desenvolvimento vêm investindo mais recursos públicos na educação. Na década de 1990, mais de 3/4 das crianças em idade escolar dos países em desenvolvimento estavam matriculadas nas escolas, e as taxas de analfabetismo caíram de 39% para 30%, entre de 1985 e 1995. (SILVA; ALMEIDA, 2012, p. 223).

No entanto, nos últimos anos a preocupação com a educação no Brasil tem se mostrado cada vez mais crescente, o que incentivou o investimento em políticas públicas de expansão do ensino superior, como é o caso do REUNI.

Para que possamos estudar melhor o grau de investimento e eficiência do programa é necessário relatar um breve histórico da educação superior no Brasil, para, posteriormente, analisar-se o montante previsto no orçamento público e colocado à disposição do projeto, para, a partir daí, tecermos argumentações acerca da eficiência do REUNI na Universidade de Brasília.



## **2. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

---

No decorrer da história das sociedades, houve uma série de mudanças até chegarmos ao capitalismo como modelo econômico.

Ao longo desses diversos anos, houve complexas mudanças na forma de governo e no modo de vida das sociedades, influenciadas, em grande parte, pelo abrupto desenvolvimento tecnológico, que trouxe pontos positivos, como é o caso de melhor qualidade de vida e conforto; mas, que, por outro lado, trouxe também pontos negativos, como a exclusão social, por vezes, justificada pelo elevado custo social.

Na década de 1990, o país presenciou início de necessária reforma no cenário político e econômico, porquanto houve eleição do novo presidente, marcando final do período de regime militar. No que pese tais mudanças, o período também foi marcado pelas turbulências políticas do governo de Fernando Collor que acabou deixando o cargo de Presidente do Brasil.

O advento do governo chefiado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado pela implantação de ideias neoliberais, que, nesse momento, despontaram com mais vigor no Brasil.

Nesse contexto, em que o mundo estava voltado para massivo desenvolvimento tecnológico, mas também com a preservação dos direitos humanos e garantias fundamentais, adotou-se no país o modelo de reforma, que há tempos já se discutia, em que, frente ao esgotamento financeiro do Estado, anunciado durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a introdução de maciça descentralização de serviços antes prestados diretamente pelo Estado, bem como transferência de parte de tais serviços à iniciativa privada.

Ao tecer argumentações acerca da necessidade de criação de novas vagas em instituições de ensino superior, com vistas a promover maior número de estudantes neste nível educacional e ainda a torná-los aptos ao trabalho e, conseqüentemente, auxiliar o desenvolvimento econômico do país, Nogueira (2008) dispõe que:

Com efeito, uma série de fatores, de modo integrado, veio a favorecer uma nova fase de crescimento das matrículas no ensino superior durante o governo FHC, em especial no âmbito do setor privado. Dentre esses fatores, é possível destacar o aumento da demanda por vagas. A flexibilização da legislação para criação de outros tipos de instituições e cursos nesse nível de ensino, cuja contrapartida teve na avaliação da qualidade um elemento-chave; e a redução do financiamento do setor público. (NOGUEIRA, 2008, 32)

Com a nomeação do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira para ocupar o Ministério de Administração e Reforma do Estado, era dada partida para inclusão maior do país às políticas de reordenamento do capital em escala global. Conforme Araújo, “A tarefa do ministro era introduzir uma nova filosofia na administração pública e uma nova concepção de Estado.” (ARAÚJO, 2011, p. 45).

Ressalte-se que o modelo de Estado burocrático representava morosidade, corporativismo e ineficiência das políticas públicas, barrando o desenvolvimento estatal. Por isso, necessário se fez o rompimento com tais indesejáveis barreiras para adotar-se um sistema mais produtivo e eficiente, que aproveitasse melhor as receitas previstas no orçamento público, com qualidade na prestação dos serviços. “Em síntese, um modelo gerencial, inspirado nos princípios empresariais de gestão.” (ARAÚJO, 2011, p. 45).

Para o então Ministro, a discussão pautava-se na diferença dos sistemas burocrático e de gestão dos serviços e suas consequências para a prestação de serviços eficazes para a população.

Quanto à sua natureza, em que se diferenciariam essencialmente esses núcleos? O burocrático, pela segurança das decisões tomadas; o setor de serviços, pela qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. No núcleo burocrático, o princípio administrativo fundamental seria o da efetividade, o da capacidade de ver obedecidas e implementadas as decisões tomadas; no setor de serviços, o princípio correspondente seria o da eficiência, ou seja, de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público. (SILVA JUNIOR, 2001, p.31).

Com isso, via-se a tendência cada vez maior de adotar o modelo voltado mais ao setor de serviço buscando garantir direitos aos cidadãos com menos custos para o governo e mais qualidade para os usuários a fim de, concedendo-lhes melhor qualidade de vida, capacitá-los para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, desenvolvimento do país.

No intuito de preservar o capitalismo, a tendência em mercantilizar até mesmo as esferas da vida social e suas necessidades mais básicas tornou-se

latente, que foi seguida pelo apoio estatal às privatizações do patrimônio público na tentativa de atrair investimentos privados para o atendimento das necessidades sociais, tais como transporte, meios de comunicação e, atualmente, saúde e educação.

A esse respeito, Francois Chesnais (1996) afirma que esse movimento se deu em todo o mundo. Com a globalização, os Estados notaram sua interdependência e a necessidade de mercantilizar determinados serviços a fim de que o poder econômico não ficasse concentrado apenas no governo.

No caso das grandes infraestruturas, que foram organizadas, na maioria dos países, com base no serviço público, bem como no setor financeiro, era necessário que o movimento de liberalização e desregulamentação estourasse o ferrolho das limitações das legislações nacionais. [...] Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 186).

Com o capitalismo difundido em grande parte do mundo, os serviços básicos prestados pelo Estado sofreram o impacto da mercantilização e passaram a ser alvo de investimentos privados voltados à obtenção de lucro, o que, apesar de aumentar a quantidade de opções para os indivíduos, nem sempre lhe garante a qualidade necessária, ainda mais quando esse não possui condições para arcar com os preços ofertados no mercado.

Ora, em um país marcado pela grande necessidade de desenvolvimento, o método de educação voltado para o conformismo político foi iniciada a fim de conferir legitimidade e aceitação às modificações transformistas de um Estado voltado cada vez mais à obtenção de crescimento econômico em detrimento das reais necessidades básicas clamadas pela sociedade.

Com a campanha para sua eleição, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), anunciava que seu governo não seria uma ruptura com o modelo adotado no governo anterior, mas uma transformação para um modelo que atendesse aos interesses da burguesia nacional e da massa popular, almejando, com isso, chegar à justiça social.

Ao longo dos dois mandatos de Lula (2003 a 2010), fora implantado o programa de investimentos na infraestrutura denominado Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC), a fim de melhorar a capacidade de desenvolvimento do país, por meio da disciplina e do controle fiscal, bem como da melhoria nos indicadores de superávit primário – em que se defendia também a educação de nível superior –, de forma a proporcionar o crescimento do Brasil no âmbito internacional.

Nos primeiros anos do mandato de Lula, as políticas de desenvolvimento do ensino superior marcadas pela similitude e continuidade das políticas adotadas no governo anterior – de FHC –, passaram a distinguir-se através da adoção de programas de acesso e desenvolvimento do ensino superior, culminando no REUNI, a ser tratado mais a frente.

Contudo, o padrão inicial de privatização fora mantido, até mesmo no ensino superior, e seguido atualmente no governo de Dilma Rousseff. Segundo estudo publicado na V Jornada Internacional das Políticas Públicas em 2011, por Carlos Magno de Lima Lopes, ao tratar do governo de FHC e Lula e a continuidade dada pela atual presidente:

[...]a lógica de expansão da educação superior, seguida pelos dois últimos governos brasileiros, tem sido a da privatização deste nível de ensino, em consonância com o que apregoam os neoliberais por meio dos organismos internacionais. Esse processo de privatização no Brasil tem impactos negativos para a consolidação da educação superior no país. A própria concepção do que seja a educação superior é reduzida à perspectiva de formação, restrita ao ensino, aligeirada para o mercado de trabalho. Além do mais, esse processo tem sido acompanhado pela privatização interna das instituições públicas de ensino. É cada vez mais comum a instituição de medidas que buscam legitimar a lógica privada dentro do espaço público. Tais ações se manifestam, principalmente, através das parcerias público-privadas, cobranças de taxas e mensalidades por instituições públicas e a captação de recursos (públicos ou privados) via fundações de apoio externas à universidade. (LOPES, 2011, p.5).

Dessa feita, nota-se uma crescente tendência de propiciar o desenvolvimento do ensino superior não apenas como forma de proporcionar a pura educação dos cidadãos, mas sua capacitação para o mercado de trabalho e, por conseguinte, para o desenvolvimento econômico capitalista do país.

Ressalte-se que a desigualdade social, no decorrer do tempo, tornou-se cada vez mais acentuada, sendo que os serviços prestados pelo Estado, como a educação e saúde, aos quais se admitiu a atuação concorrente da iniciativa privada, passaram a ser de melhor qualidade nessa esfera, ao passo que os serviços públicos encaminham-se para o colapso.

Ora, certo é que havendo desigualdade na distribuição do capital, poucos serão privilegiados enquanto a massa populacional que depende dos serviços públicos resta prejudicada.

Em síntese, as contribuições tributárias atingem toda a população brasileira, inclusive nos itens alimentícios básicos, a fim de arrecadar meios para manter o Estado e sua estrutura de desenvolvimento; por meio de tais contribuições o Estado pode decidir o *locus* que lhe toma maior necessidade de investimento, para, a partir daí, distribuir o capital para tais áreas.

No entanto, tais arrecadações tornam-se verdadeiro peso no orçamento das famílias, que além de possuírem, na maioria dos casos, baixa renda, ainda têm que investir em meios para tornar-se competitivo no mercado de trabalho a fim de obterem melhores condições de vida que lhe capacitem obter os serviços essenciais, tais como a educação, por meio da iniciativa privada, que atualmente demonstra-se melhor equipada que a iniciativa pública.

Notoriamente, o nível de escolaridade passou a ser grande diferencial no mundo capitalista de ativa concorrência, “assumindo, por um lado, um papel com uma opção técnica, voltada para o mundo do trabalho, atendendo às demandas do capital e, por outro, assumindo também um discurso de preocupação com a construção de uma modernidade que seja ética e humanista” (BORGES; AQUINO, 2001, p.119).

Os indivíduos sentem cada vez mais necessidade de se especializar e profissionalizar para atingir melhor colocação profissional e ascendência social.

O Estado, prestando serviço de educação básica deficitária, está tendencioso a corrigir os defeitos primários através da inclusão de cada vez maior número de pessoas na educação de nível superior, através de programas que incluam as pessoas de baixa renda.

A forma de inclusão no ensino superior advém do ideal de democratização em que todos do povo possuem as mesmas ou similares oportunidades de exercer seus direitos frente ao Estado.

No entanto, o que se observa é que correu imenso investimento na área educacional de nível superior, mas não sua democratização. A democratização pode ser traduzida com base em dois enfoques: “simplesmente como sinônimo de

ampliação da oferta ou a expansão vinculada a mecanismos de seleção e diversificação do ingresso” (MELO, 2009, p.48).

Conforme a autora acima citada, o primeiro enfoque diz respeito ao aumento de vagas, independente de ser no setor público ou privado, e oportunidades em todos os níveis educacionais, independentemente de classe social, etnia ou outro tipo de segregação social, estando o ingresso ao nível superior condicionado ao mérito individual.

Já o segundo enfoque, dissociado do mérito acadêmico individual, passa a envolver as desigualdades sociais e a inclusão das minorias sociais nos níveis de educação, em especial, no nível superior.

Com a autorização para iniciativa privada atuar na oferta de vagas e cursos no ensino superior, o número de vagas e cursos efetivamente aumentou, mas outro problema surgiu, pois seu acesso estava restrito aos que possuíam condições financeiras para custeá-lo.

Essa privatização da oferta no caso brasileiro contribuiu para a elitização do sistema de ensino superior, na medida em que os que têm acesso a esse bem/serviço são os que por ele podem pagar. Em muitos casos, mesmo quando estudantes com menor poder aquisitivo têm acesso às instituições privadas, suas condições de permanência na instituição e de progresso nos estudos são, em geral, comprometidas (RISTOFF, 2003, p. 257, apud NOGUEIRA, 2008, p. 44)

Além de restringir o acesso, de um modo geral, aos alunos com maior poder aquisitivo, essa excessiva privatização tem impacto na qualidade de formação oferecida. (NOGUEIRA, 2008, p.44).

Saliente-se que a ampliação do nível superior através da iniciativa privada trouxe como ponto negativo a diminuição do nível de qualidade do ensino e, com isso, o distanciamento do conceito de universidade.

Apesar do número crescente de vagas em instituições de ensino superior e das políticas afirmativas de inclusão de estudantes por meio do sistema de cotas, “o saber” não é disseminado da mesma forma entre as classes altas e baixas. E mesmo com o aumento de vagas em regiões do entorno do Distrito Federal, os alunos que chegam ao nível superior passaram por uma educação básica deficitária e, por isso, são sentem maior dificuldade em manter o mesmo nível de formação intelectual daqueles que tiveram boa educação básica.

Ademais, inúmeros são os casos em que os jovens ingressam no ensino superior como forma apenas de obter formação técnica a fim de galgar melhores posições no mercado de trabalho, ou seja, o estudo e o conhecimento no Brasil ainda estão pautados em um modelo de controle da massa pelo governo, porquanto não se dá oportunidade ou importância ao estudo, mas ao que o indivíduo pode acrescentar em seu currículo pessoal que lhe garanta vantagem frente ao concorrente. Com isso, não lhe sobra tempo ou espaço para se aprimorar.

É nesse ponto que se argumenta que os investimentos no ensino superior aumentaram, mas talvez não tenham sido, de fato, democratizados, pois a importância que se dá ao saber, no sentido de formação intelectual e aprimoramento cultural do cidadão, não tem sido difundida entre os mais jovens.

A preocupação com o ensino superior e sua expansão encontra dificuldades de níveis econômicos, sociais e culturais, pois, para ocorrer investimento massivo a ponto de proporcionar a mesma qualidade de ensino em todo território brasileiro, seria necessário que os estados possuíssem as mesmas condições financeiras das grandes cidades, o que notoriamente não é a realidade.

Ademais, do ponto de vista social e cultural, há aqueles que entendem o estudo como forma técnica para alcançar profissionalização suficiente para concorrer no mercado de trabalho, o que acaba por formar a mercantilização do ensino, possibilitando que a iniciativa privada faça uso de seu poderio econômico para proporcionar maior número de vagas nas faculdades, mas não com a qualidade desejada, tornando o ensino acessível para certa camada social, mas de forma medíocre.

Com isso, ocorre não apenas a mercantilização dos serviços educacionais, mas também a defesa e implantação de uma ideologia individualista, consumista e idealista. “Os jovens não saem formados do ensino superior, mas deformados, com uma visão medíocre e egoísta da vida social e de sua participação nela”. (SEVERINO, 2009,p.259).

Com isso, criou-se uma visão distorcida do verdadeiro significado e papel da Universidade no Brasil, fazendo com que parte da sociedade entenda como único papel da Universidade a preparação técnica, ou seja, profissionalizante, para o mercado de trabalho, tornando o ensino mecânico ao ponto de gerar o desinteresse

em uma formação científica e, em contrapartida, de uma densa e consistente formação política (SEVERINO, 2009, p.258).

Assim, o investimento com a educação partindo da iniciativa privada e com deficitária fiscalização pelo Estado tende a implantar uma política do conformismo, em que se recebem as técnicas e os meios de desenvolver determinada atividade e com isso os meios para o trabalho, não levando em conta o amadurecimento social e humanitário.

## **2.1 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**

Com a promulgação da Constituição de 1988, novas orientações foram tomadas no que tange ao papel do Estado como garantidor de determinados serviços e condições de vida, dentre eles, a gratuidade do ensino público, bem como sua gestão democrática, interligando ensino, pesquisa e extensão da educação de nível superior, editando leis e outras normas que garantissem maior autonomia às Universidades.

Portanto, tendo por base a necessidade de expansão do ensino superior, houve grande incentivo para a criação de inovações que pudessem inserir o maior número de jovens, com idade entre 18 e 24, advindos das camadas populares, como é o caso do financiamento do curso superior, com auxílio do governo e ainda a implementação do ensino a distância.

No decorrer de todo o histórico educacional, houve a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estabelecido no âmbito do Ministério da Educação, com objetivo de executar programas educacionais reconhecendo na educação “uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (BRASIL, 2005, p.5-6).

Nesse contexto de implementação de medidas com vistas a expandir a educação superior, ocorrido concretamente durante o governo Lula, surgiram as seguintes diretrizes: o Programa Universidade para Todos – PROUNI; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; as propostas de investimento no ensino a distância – EAD, bem como o



Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, incentivando-se, também, a criação de mais faculdades.

O Decreto n. 6.096, de abril de 2007, institui o REUNI com o objetivo de ampliar o acesso e permanência na educação superior, bem como a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação, consoante se pode observar no artigo primeiro:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, **com o objetivo** de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como **meta global** a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Segundo o Ministério da Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) está ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional.

Seus 40 programas são classificados segundo quatro eixos de referência: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização.

Dentro dos limites traçados para esse estudo, os programas analisados foram os referentes à educação superior, mais especificamente no concernente ao REUNI.

Observa o Ministério da Educação que a educação superior deve ser analisada por meio dos seguintes princípios que se complementam: i) expansão da oferta de vagas, ii) garantia de qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, iv) distribuição territorial, e v) desenvolvimento econômico e social.

Após definição dessas premissas, criando novos programas e utilizando-se de programas já existentes, o PDE os uniu visando atender com qualidade a essa demanda de expansão.

Foram criadas treze novas universidades públicas, promoveu-se a expansão de novos *campi* nas universidades públicas já existentes, tudo por meio do REUNI. Além disso, estão sendo criadas centenas de Institutos Federais de Educação Superior – IFEs, ampliando a ação do PROUNI, atuando em conjunto com o Fies, e

realizando um incremento da educação superior à distância, por meio da UAB, com a criação de dezenas de polos em todo país.

Para entender melhor a aplicação do REUNI na Universidade de Brasília, tema central do presente estudo, faz-se necessário um apanhado geral de seu desenvolvimento no Brasil, tomando por base a partir do cenário acima mencionado, para com isso, passarmos à análise dos dados efetivamente coletados.

## **2.2 REUNI: um apanhado geral**

Durante o governo Lula, em meados de 2003-2006, a preocupação com a reestruturação das Universidades passou a ser discutida de forma mais concreta, a fim de estabelecer um modelo mais atual e compatível com a organização adotada nos países da América do Norte e da Europa.

A proposta de mudança já havia sido planejada através dos ideais de “Universidade Nova”, embasado no modelo universitário americano e propagados por Anísio Teixeira, um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB), “cuja arquitetura curricular era organizada em ciclos iniciais de estudos gerais, direcionada a grandes áreas do conhecimento” (ARAUJO, 2011, p. 95). No entanto, o avanço da aplicação efetiva no sistema foi interrompido em face do golpe militar de 1964, momento em que houve o exílio de Anísio Teixeira e a demissão de diversos docentes.

Ressalte-se que, para Anísio Teixeira, o crescimento do número de instituições de nível superior se devia ao ritmo de crescimento do país e anseio de mais oportunidades de matrículas para aqueles que pretendiam o ensino superior.

Ao mesmo tempo era necessária a ocorrência de uma profunda reforma nos moldes no ensino superior, porquanto a organização da escola superior no Brasil, em que o professor detinha todo o saber na sua matéria, mostrava-se obsoleta em relação aos modelos americano e europeu.

Por isso, o autor cita que o sistema já não satisfazia o avanço da sociedade brasileira, que estava saindo de um modelo de contenção cultural e tecnicidade no labor para uma descoberta e ampliação da capacidade cultural do indivíduo e sua valorização como ser pensante.

Com a transformação ora em processo na sociedade brasileira, essas instituições já não satisfazem. Mesmo para o preparo apenas da elite, já não são satisfatórias. A pressão para reforma da universidade vem-se fazendo cada vez mais forte em face dos novos conhecimentos humanos; em face da sociedade empenhada em seu próprio processo de desenvolvimento, e não apenas em preparar uma elite ilustrada para representá-la perante o mundo (TEIXEIRA, 1989,p.132).

Importante mencionar que, em 1932, fora publicado documento referente à organização da educação no Brasil, em que se defendia a ideia de que o ensino superior deveria ser gratuito como os demais e que as Universidades deveriam organizar-se pautadas na tríplice função, qual seja, de investigação, docência ou transmissora de conhecimentos e de popularização, ou seja, de divulgação e ampliação do acesso à comunidade por meio das instituições de extensão universitária.

A esse respeito, Gildete Dutra Emerick argumenta acerca da necessidade de reforma.

No ensino superior deveria ser superada a formação para as profissões 'liberais' (engenharia, medicina e direito) de modo a abranger outras áreas de formação e atender a todas as profissões que exigissem conhecimentos científicos. (...) Dessa forma, estabelece claramente o modelo de universidade caracterizado pela união das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que só veio a ser confirmado legalmente com a Constituição de 1988. (P. 49)

A proposta de "Universidade Nova" foi efetivamente retomada em 2006, em Salvador-BA, no I Seminário Universidade Nova na Universidade Federal da Bahia.

Nesse contexto, ganha ainda mais força a ideia de que a Universidade possui função muito além da técnica e preparação para o mercado de trabalho, sendo, pois, uma instituição social, que visa promover a socialização do saber elaborado pela humanidade.

Porém, para alcançar toda essa reestruturação acadêmica, faz-se necessário que a universidade possua autonomia para se gerir, consoante determinado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, 1988).

Esse conceito de autonomia, pode ser visto de dois enfoques, aplicando seu significado a depender dos interesses de cada grupo.

Em síntese, a autonomia universitária, sob a ótica política, caracteriza-se pela não interferência do governo na estrutura interna de suas empresas, isto é, a universidade funciona com suas regras e capacidade decisória para optar pelas diretrizes a serem seguidas.

Já no âmbito econômico, a autonomia possui o significado pautado na defesa inflexível da escola pública no Brasil e de relação independente entre educação superior e a empresa, ou seja, a capacidade decisória para gerir os recursos voltados às universidades.

A autora Anita Lapa Borges de Sampaio (1998) também faz distinção entre os dois enfoques de autonomia acima citados.

A noção de autonomia refere-se essencialmente à capacidade atribuída a certos entes de tomada de decisão e de produção de normas próprias, no mando do ordenamento geral do Estado, sem sujeição, dependência, interferências ou tutelas de outros entes. (p. 21).

As competências da universidade autônoma estariam vinculadas não só ao ordenamento geral de que decorre a autonomia, mas igualmente aos interesses próprios e especiais da instituição. (p. 89)

[...] a autonomia de gestão financeira e patrimonial proporcionaria à universidade a administração dos recursos colocados a sua disposição. A tarefa compreenderia a elaboração, execução e reestruturação de seu orçamento, bem como a constituição e disposição do patrimônio. Seria uma gestão vinculada à finalidade pública a que consagrada a universidade, admitindo-se uma certa discricionariedade (p. 112).

Esclareça-se que a autonomia adotada durante o governo Lula pautou-se mais no autofinanciamento das universidades, que deveriam cumprir suas finalidades administrando e aproveitando seus recursos adquiridos por meio de recursos advindos de parcerias com o setor privado, para que, assim, pudessem financiar suas pesquisas.

Nesse aspecto, a universidade não seria apenas autônoma para gerir seus recursos, mas possuiria o dever de captar seus recursos a fim de subsidiar seus projetos, desafogando o Estado, que se isentaria de manter financeiramente as universidades.

Para Valério Rohden (2002, p 54), organizador da obra *Ideias de Universidade*, tecendo comentários acerca dos conceitos Kanteanos, no que tange à autonomia que a Universidade deve ter, “a universidade e política tornam-se

reciprocamente benéfica; nela o governo não intervém com vistas a interesses próprios, mas contribui para com ela com base num parâmetro comum da razão”.

Com isso, a universidade, com autonomia econômica e sem intervenções políticas em seu regimento interno e forma de ensino, passa a prestar contas de si mesma, no âmbito também econômico, desvencilhando-se das pressões políticas para se gerir.

Ocorre que na prática, com a adoção da autonomia financeira adotada no governo Lula, bem como as alterações em tais conceitos, as universidades não possuiriam a capacidade de se manter imunes aos aspectos políticos e influências econômicas externas, pois, para captar seus recursos por meio de convênios e parcerias com a iniciativa privada, se cria uma dependência frente ao mercado e suas vontades.

Dessa feita, percebe-se que a autonomia, do ponto de vista econômico e do ponto de vista ético-político, interliga-se, na medida em que, na busca de angariar seus próprios recursos para sua manutenção, a universidade teria uma autonomia mascarada e incapaz de satisfazer seu objetivo central – qual seja, o desenvolvimento cultural do cidadão –, desviando seu foco da educação para a busca de recursos financeiros.

A autonomia universitária, vista sob qualquer enfoque, está atrelada a questões externas, tanto políticas, econômicas, sociais e até mesmo religiosas. Por isso, a existência de outros fatores delimitadores da autonomia universitária nos faz chegar à conclusão pela impossibilidade da autonomia pura, seja ela política ou econômica.

A questão sobre autonomia universitária muitas vezes é colocada ou reforçada a partir desta perspectiva externa. Ou seja, a situação de dependência em que se encontra a Universidade do poder do Estado ou da Igreja ou do Grupo que a mantém (SILVA, 1986, p.22).

Em 1996, com o advento da Lei n. 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determinou-se como sendo de competência da União assegurar a obtenção de recursos e destiná-los às instituições de ensino superior por ela mantidas, consoante dispõe o artigo 55: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.

Com isso, a captação de recursos estaria garantida, e a autonomia universitária estaria garantida, ao menos em grande parte, no que se refere à gestão de seus recursos para atendimento com maior qualidade e maior número de pessoas.

Então, com o advento do Decreto n. 6.096, de 2007, instituiu-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que teve como propósito garantir maiores recursos para as universidades e expandi-las a ponto de atender pessoas, até mesmo distantes dos grandes centros econômicos, interessadas em ingressar nas universidades.

Portanto, o REUNI é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

O Decreto, acima mencionado, neste sentido, prevê, em seu artigo 2º, as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Em princípio, a criação do REUNI está fundamentada no respeito à autonomia das universidades. Entretanto, a autonomia fica restrita a metas e prazos fixos, assim como a obtenção ou não de recursos, que depende do atingimento das expectativas previstas para determinado momento.

Certo é que as universidades que aderiram ao REUNI centralizam-se no plano diretivo adotado.

No entanto, em síntese, o objetivo fim da criação do programa foi ampliar o número de vagas no ensino superior federal, além de romper barreiras com o ensino voltado apenas para a formação técnica e preparatória para o mercado de trabalho, criando, para isso, cursos de duração menor e mais específicos para aqueles que desejam o tipo de formação.

Novidades têm sido percebidas desde a adoção do programa, pois o número de *campus* nas universidades federais aumentou e, conseqüentemente, o número de professores e de vagas para alunos das mais diversas regiões.

Houve ainda a adoção de cursos de menor duração voltados ao preparo técnico para o mercado de trabalho, sendo, o aprofundamento do conhecimento, opção do aluno, que pode fazê-lo através da montagem e escolha de sua grade horária.

A rede federal de ensino superior está vivenciando uma grande expansão. O MEC está investindo mais de R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Há ainda a previsão de entrega de outras 208 novas escolas até o final de 2014, somando 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas.

Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para aumentar o ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012, no entanto, esse programa teve seu início, na Universidade de Brasília, apenas em 2008, ponto a ser tratado mais a frente em nosso estudo.

O número de Universidades Federais em 2000 saltou de 39 para 59 em 2011 e pretende-se chegar a 63 instituições de ensino Superior Federal até o ano que vem. Um aumento significativo de 51% já em 2011 e 61% em 2014.

A ampliação dos recursos também se deu na parte orçamentária das instituições. Tomando por exemplo a Universidade de Brasília, segundo dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), as transferências federais de recursos do Tesouro Nacional para o orçamento global da Universidade saltaram de R\$ 401 milhões no ano de 2000 para R\$ 1,3 bilhão em 2011, ou seja, um aumento aproximado de 317%, sendo a inflação do período, medida pelo IPCA, de 213%. Isso demonstra um claro remanejamento na função alocativa governamental, que reverteu a curva de gastos que vinha caindo nos anos de 2000 e 2001, ou seja, nos últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso.



### 3. METODOLOGIA

---

A metodologia parte de uma ciência que estuda os métodos, ou seja, a maneira de dizer ou fazer algo. É, pois, um “tratado dos métodos; arte de dirigir o espírito na investigação da verdade” (SILVEIRA BUENO, 2007, p 510).

Assim sendo, o trabalho de pesquisa deve ser focado num assunto específico e delimitado, que traga algum tipo de acréscimo e, conseqüentemente, contribuição ao enriquecimento do saber.

Deve ainda ser pautado em uma pesquisa sendo “um procedimento intelectual em que o pesquisador tem como objetivo adquirir conhecimentos por investigação de uma realidade e da busca de novas verdades sobre um fato (objeto, problema)” (FACHIN, 2003, p. 123-125).

A pesquisa, inserida no estudo metodológico, surge pautada na consciência da existência de um problema e nos anseios por encontrar uma solução.

E é exatamente para o aprimoramento da pesquisa que surge a necessidade de procedimentos metodológicos, a fim de desenvolver, modificar e ampliar conhecimentos que possam ser de alguma forma, avaliados, por meio de investigações, e, posteriormente, transmitidos.

Para que a transmissão de conhecimento se dê de forma eficaz, é necessário que a pesquisa científica ocorra de forma organizada, analisando-se pontos e contrapontos, partindo-se sempre de um planejamento de fases a serem cumpridas de maneira que delimitem a matéria acerca da qual se pretende estudar.

A metodologia científica do presente estudo está pautada em análise de dados e pesquisa bibliográfica. Para Odília Fachin (2003), a pesquisa:

[...] tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

[...]; é a base para as demais pesquisas e, pode-se dizer, é uma constante na vida de quem se propõe a estudar.

A literatura mostra que a humanidade sempre se preocupou com esse tipo de atividade intelectual. (123-125)

Ora, o que torna o ser humano distinto dos demais seres é sua capacidade de raciocinar e a busca incessante pelo saber; o anseio de obter respostas para seus questionamentos, de encontrar soluções que lhe aprimorem o saber.

O saber-fazer também faz parte dessa formação intelectual, pois, a partir de determinada obra, livro, periódico ou até mesmo ideias difundidas, o pesquisador deve filtrar aquilo que lhe é útil para que possa basear-se em outras doutrinas para fundamentar ou ainda solucionar seus questionamentos.

Para Popper (1975), aquilo que, aparentemente, caracteriza-se como afirmativa universal, muitas vezes pode ser posto à prova através de um raciocínio analítico capaz de questionar a verdade ali considerada.

Ora, está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes; com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa: independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos (POPPER, 1975, p.27-28).

No estudo em tela pretende-se questionar os benefícios, tidos como eficientes e adequados, advindos dos investimentos implementados com as políticas públicas de expansão do ensino superior, principalmente no que tange ao REUNI.

Partindo do pressuposto de que as políticas e ações que estão sendo elaboradas e implementadas para o crescimento da estrutura de ensino dentro da UnB têm como ponto fundamental a ideia de que a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e o ensino serão elementos principais para o desenvolvimento não só do Distrito Federal, mas para região do entorno, sua eficiência será mensurada neste estudo, por meio de pesquisas bibliográficas e análise estatística.

A UnB tem apresentado potências de crescimento não só no âmbito cultural, mas também para a economia regional, que, para aprimoramento dessas iniciativas, tem tido grande suporte do corpo docente, discente, técnicos administrativos.

Os questionamentos descritos que levaram à produção do presente trabalho apresentam-se como ponto principal para o desenvolvimento deste estudo, pois é na relação entre orçamento, receitas, gastos públicos e os investimentos do governo para o desenvolvimento das universidades que se tornará viável analisar os pontos negativos e positivos do REUNI na Universidade de Brasília.

Tais pontos serão abordados, inicialmente, de maneira geral, para que, a partir de um contexto, seja possível adentrar em tais questionamentos a fim de tentar respondê-los ou direcionar a resposta para determinado ponto do conhecimento.

Objetiva-se, portanto, equacionar o desafio imposto pelas demandas sociais ascendentes e pela limitação de recursos disponíveis, buscando averiguar a gestão dos recursos públicos, tomando por base a análise da eficiência da aplicação dos gastos, porquanto é com a gestão que se possibilita fazer mais a partir do que se dispõe.

A sustentação teórica foi elaborada através da análise sistematizada dos dados apresentados juntamente a tabelas gráficas, demonstrando, concretamente, o crescimento da comunidade universitária, o patrimônio imobiliário e também os gastos do Governo.

A metodologia aplicada na construção deste trabalho foi pautada em uma pesquisa descritiva. Como procedimento foi utilizado pesquisa bibliográfica, objetivando explicar a problemática a partir dos referenciais teóricos publicados que tendem a refletir em seu aspecto futuro.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com análise estatística de dados quanto à abordagem do problema, visto que a intenção é a de contribuir com o processo de aperfeiçoamento pelo qual vem passando o Estado para oferecer informações sobre a aplicação dos recursos públicos.

Para subsidiar o trabalho, serão utilizadas informações secundárias, as quais serão obtidas mediante pesquisas na legislação correspondente, pesquisas em livros, artigos, sítios da internet e dissertações que tratam de controle social e transparência, necessários para subsidiarem a problemática acerca do desenvolvimento do REUNI na UnB.

A presente pesquisa é de suma importância, pois, a partir de dados coletados, poderemos analisar os efeitos da política pública de reestruturação das universidades e se isso é, de fato, vantajoso para a população, que, em grande parte, não possui condições financeiras de custear um ensino em grau superior em instituições de alta qualidade.

Assim, o material coletado será exposto neste trabalho, ocasião em que serão tecidas argumentações analíticas com o intuito de formar e aprofundar o estudo da temática em comento, qual seja, os avanços do ensino superior no Brasil por meio dos projetos e investimentos adotados pelo governo.

Após o apanhado geral do surgimento e implementação do REUNI nas universidades federais, passamos a discutir sua implantação na Universidade de Brasília e seus pontos positivos e negativos.

#### **4. IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

---

A UnB é mantida pela Fundação Universidade de Brasília – FUB, que foi criada através da Lei n. 3.998, de 1961, a qual dispõe em seu artigo 3º que o objetivo da Fundação é exatamente manter a UnB para que esta, inserindo-se em um novo padrão de universidade, possa proceder e divulgar pesquisa e estudo de ordem científica, técnica e cultural.

Além disso, o artigo 10 da mesma norma afirma que:

A Universidade de Brasília empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem. (BRASIL, 1961).

É notório o cunho de relevante papel social conferido a Universidade, que estava despontando para um novo modelo de universidade, em que haveria mais participação desta no âmbito social, como incentivadora de pesquisas e contribuinte para o desenvolvimento econômico e cultural do país, apoiando-se na missão de formar cidadãos conscientes de seu papel ético e responsável nas relações sociais, bem como com o desenvolvimento sustentável.

A necessidade de expansão da Universidade de Brasília há muito já é discutida por membros do Conselho de Educação e do governo.

Na década de 1980, as discussões sobre o futuro da UnB já incluíam aspectos relacionados aos limites físicos da ocupação do seu campus localizado no Plano Piloto. Naquele tempo, à luz de experiências nacionais e internacionais, eram debatidos, embora de forma dispersa, assuntos como o tamanho ideal da Universidade, as dimensões da população universitária abrigada em um *campus* e as possibilidades de atendimento das necessidades científicas e culturais dos estudantes de educação superior. (FUB, 2005, p 5-6).

Ora, com o crescimento da região do Distrito Federal e Entorno, houve o acelerado crescimento populacional, mas não o desenvolvimento econômico adequado, tornando necessário o investimento na formação de recurso humano qualificado a fim de possibilitar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Esse contexto justificou a elaboração de plano de expansão e descentralização física da UnB em direção às áreas do Entorno, onde se concentra

grande parte da população que diariamente precisa migrar para o Centro a fim de obter melhores condições de estudo e emprego.

A efetivação da instalação de novos *campi* da Universidade pautou-se em estudo que levou em conta características econômicas e demográficas das Regiões Administrativas do Distrito Federal e municípios de Goiás e Minas Gerais.

Após o resultado do estudo, restou definido como beneficiárias da descentralização as seguintes regiões, consoante Plano de Expansão da UnB (FUB, 2005):

- a) RIC I: **Campus Universitário UnB – Plano Piloto** (Campus Universitário Darcy Ribeiro), abrangendo as Regiões Administrativas de Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Lago Sul, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Sudoeste e Octogonal, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Varjão e Park Way;
- b) RIC II: **Campus Universitário – Planaltina**, abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho II e os municípios de Formosa, Buritis, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás;
- c) RIC III: **Campus Universitário UnB – Ceilândia/Taguatinga**, abrangendo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Claras, e os municípios de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, Águas Lindas, Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia;
- d) RIC IV: **Campus Universitário UnB – Gama**, abrangendo as Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, e os municípios de Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Cabeceira Grande e Unai.

Com a descentralização, objetivou-se o incentivo ao desenvolvimento de cidades, agrupadas por nível educacional, econômico e social semelhantes, no intuito de causar impacto positivo tanto no aspecto econômico quanto social de cada um desses grupos, por meio do atendimento de suas necessidades específicas, contribuindo para a especialização local, tornando possível a fixação de profissionais qualificados em tais regiões.

Para complementar esse Plano de Expansão, fez-se necessário maior investimento de ordem financeira a fim de viabilizar a construção do espaço físico de cada novo *campus*, bem como a contratação de novos professores e financiamento das pesquisas científicas.

Nesse contexto, em meio às políticas públicas de incentivo à educação, o REUNI demonstrou-se capaz de suprir as necessidades da Universidade no âmbito de sua expansão. O plano de Reestruturação e expansão da Universidade de

Brasília fora lançado e aprovado pelo MEC com meta a ser cumprida para os anos 2008 a 2012. À época da apresentação do Projeto de Reestruturação da UnB e sua adoção ao REUNI, a Instituição contava com 169 cursos, sendo 64 de graduação, 63 de mestrado e 42 de doutorado (FUB, 2008).

Em 13 de março de 2008, a Universidade de Brasília assinou o Acordo de Metas com o MEC, mas que, por uma série de problemas – dentre os quais, a falta de previsão para a construção e reforma de laboratórios – tendentes a inviabilizar a implementação e seu efetivo desenvolvimento, o projeto passou por ampla discussão até serem aprovadas as necessárias modificações.

No mês de junho do mesmo ano, foram aprovadas as Diretrizes para Adequação da Proposta da UnB às Diretrizes Gerais do REUNI, com as seguintes metas gerais (FUB, 2008, P. 10):

- Criação de novos cursos e expansão dos já existentes, sobretudo no período noturno, como forma de melhorar o aproveitamento do espaço físico.
- Abertura de novos cursos com perfis interdisciplinares – parcerias entre diferentes unidades acadêmicas.
- Reestruturação pedagógica.
- Criação de mobilidade inter e interinstitucional.
- Criação de políticas de fortalecimento institucional.
- Redução de evasão.
- Ampliação da inclusão social.
- Fortalecimento das licenciaturas.

O documento previu ainda as estratégias para alcançar as metas acima elencadas, dentre elas, a readequação de espaços físicos por meio de reforma e construções; compra de novos equipamentos; devida ampliação do quadro docente e de servidores; readequação e modernização da Biblioteca; estabelecimento de tratamento diferenciado para as disciplinas do ciclo básico, assim com para as disciplinas de serviço já existentes; incentivo a professores mais experientes para trabalhar com turmas iniciais; definição de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas, por estudantes da própria instituição, bem como preenchimento das remanescentes por estudantes de outras Instituições de Ensino Superior.

Para a ampliação da inclusão social, foram estabelecidas estratégias de maior divulgação no ensino médio dos cursos e programas oferecidos na Universidade, como forma de incentivar e despertar o interesse dos estudantes para a ocupação de tais vagas; de ampliação do programa de apoio à permanência

estudantil, incluindo o número de bolsas; ampliação do atendimento de estudantes portadores de necessidades especiais, por meio de programa de voluntariado dos próprios estudantes interessados em integrar e auxiliar os portadores de tais necessidades.

Houve também a abertura de concurso público para docentes e servidores técnico-administrativos, a fim de viabilizar a primeira fase do programa nacional de expansão das universidades federais e o processo de reestruturação e expansão da UnB.

A Universidade comprometeu-se a elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para noventa por cento (90%), expandir sua participação na comunidade, revisar os projetos político-pedagógicos dos cursos, criar novos cursos, preferencialmente não voltados à profissionalização precoce e especialização, ampliar a política de inclusão e assistência estudantil e articular a graduação com a pós-graduação e a educação superior com a educação básica.

A UnB também estabeleceu parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF), por meio das Secretarias de Estado da Educação (SEE). Como parte dos acordos dessa parceria, o GDF cedeu espaço do Centro de Ensino Médio n. 4, localizado na QNN 14 – Área especial de Ceilândia Sul –, que foi adequado para a instalação temporária do *campus*, e doou um terreno com 20 hectares que abrigará as instalações definitivas do *campus*, que, em poucos anos, poderá atender mais de cinco mil alunos de várias regiões do Distrito Federal e do Entorno.

O objetivo material central da aplicação do REUNI na UnB foi delimitado como sendo a busca por aumento do número de vagas e criação de novos cursos, capazes de atender a demanda de estudantes.

Ponto relevante a ser considerado nessa busca da redução do número de evasão é o aproveitamento dos créditos cursados em determinado curso e a possibilidade de circulação dos estudantes entre os cursos existentes na tentativa de superar a profissionalização precoce e especializada.

Saliente-se que, ao ingressar no ensino superior, muitos estudantes, que em regra possuem idade entre 16 e 20 anos, não dispõem do discernimento necessário



e, talvez, de informações suficientes capazes de lhe oferecerem a base necessária para a escolha do curso que realmente desejam.

Por isso, muitos, ao se depararem com o contato específico com o curso escolhido, se deparam com a diversidade de formações profissionais que a Universidade oferece e, devido ao número limitado de vagas disponíveis para a mudança de escolha, acabam por abandonar os cursos e ingressarem outras instituições que se adéquem à rapidez e tecnicidade que buscam.

Certo é que a expansão da Universidade traz enormes vantagens para a população de cada região, porquanto se adéqua a cada realidade e permite o ingresso mais facilitado de alunos que residem próximo a cada *campus*, pois, com o número de vagas disponíveis em cursos desejados, não há razão para migrar para outras localidades.

No entanto, aspectos negativos podem ser notados dessa rápida expansão, pois as estruturas construídas por vezes não recebem a manutenção necessária; o *campus* central (Darcy Ribeiro) tem sofrido com a falta de reforma, o que prejudica sua normal atividade por carência de estrutura adequada para tempos chuvosos, falta de iluminação nos estacionamentos, bem como de segurança.

No próximo tópico, passaremos a uma melhor apresentação dos impactos da implementação do REUNI na Universidade de Brasília, por meio de dados coletados que demonstram o nível de investimento feito e as condições atuais da Universidade nos últimos anos.

#### **4.1 Demonstrativo dos Investimentos na UnB por meio do REUNI**

Nesse tópico, objetiva-se a comparação demonstrativa das metas descritas no Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, para os anos entre 2008 e 2012, a fim de analisar o montante investido e as ações efetivamente tomadas.

#### **4.1.1 Meta de novos cursos e abertura de vagas X cursos efetivamente abertos e as vagas ocupadas**

De acordo com o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, as metas projetadas para o período de 5 anos (entre 2008 e 2012), no que tange à oferta de vagas e abertura de novos cursos, previram a criação de 4.306 vagas em cursos novos e cursos já existentes nos 4 *campi* da UnB.

A organização se daria da seguinte forma:

- a) *Campus* Darcy Ribeiro: 4.306 novas vagas, por meio da criação de 32 novos cursos: 13 diurnos e 19 noturnos.

Cronograma:

- 1) 2008: ampliação de 20 vagas anuais em cursos existentes;
  - 2) 2009: criação de 10 cursos novos – 704 vagas e ampliação de 530 vagas anuais em cursos existentes;
  - 3) 2010: criação de 13 cursos novos – 940 vagas anuais e ampliação de 272 vagas anuais em cursos existentes;
  - 4) 2011: criação de 4 cursos novos – 200 vagas anuais e ampliação de 40 vagas anuais em cursos existentes;
  - 5) 2012: criação de 5 cursos novos – 400 vagas anuais.
- b) *Campus* de Planaltina: criação de 2 novos cursos noturnos e um diurno, com 220 vagas anuais para o 2º semestre de 2008 e aumento de 20 vagas anuais em 1 curso diurno já existente, em 2º semestre de 2009.
- c) *Campus* da Ceilândia: criação de um total de 480 vagas anuais, em 5 novos cursos, para o 2º semestre de 2008.
- d) *Campus* do Gama: criação de um total de 480 vagas anuais em 4 novos cursos para o 2º semestre de 2008.

Além disso, o plano de metas também previu a reocupação das vagas ociosas dos cursos de graduação a ser alcançada até o ano de 2012.

O que se pode observar das medidas adotadas durante o programa REUNI foi à efetiva criação de novos cursos e vagas, cumprindo a meta de 4.306 vagas ofertadas pelo programa.

Os cursos e aumento de vagas criadas no âmbito do Programa REUNI de 2008 a 2012 estão listados abaixo.

**Tabela 1: Cursos e vagas criadas**

<b>Nº</b>	<b>Campus Darcy Ribeiro – Diurno</b>	<b>Início</b>	<b>Vagas por Semestre</b>
1	Biotecnologia	1º/2011	40
2	Educação Física (Bacharelado)	1º/2012	50
3	Engenharia Ambiental	1º/2010	40
4	Engenharia da Computação	2º/2009	40
5	Engenharia Química	1º/2012	40
6	Geofísica	2º/2009	30
7	Letras - Língua Estrangeira Aplicada (Bacharelado)	1º/2010	30
8	Museologia	2º/2009	32
9	Química Tecnológica	1º/2010	32
10	Turismo	2º/2010	40
<b>Total</b>			<b>374</b>
<b>Nº</b>	<b>Campus Darcy Ribeiro – Noturno</b>	<b>Início</b>	<b>Vagas por Semestre</b>
11	Arquitetura e Urbanismo	1º/2010	30
12	Ciências Ambientais	2º/2009	40
13	Ciências Farmacêuticas	1º/2010	30
14	Comunicação Organizacional	1º/2010	40
15	Engenharia de Produção	2º/2009	50
16	Filosofia (Licenciatura)	2º/2010	40
17	Gestão de Políticas Públicas	2º/2009	50
18	Gestão do Agronegócio	2º/2010	40
19	Gestão em Saúde Coletiva	1º/2010	40
20	História (Licenciatura)	2º/2009	40
21	Letras – Tradução – Espanhol	2º/2009	30
22	Música (Licenciatura)	2º/2009	26
23	Serviço Social	1º/2010	40
24	Teoria Crítica e História da Arte (Bacharelado)	1º/2012	40

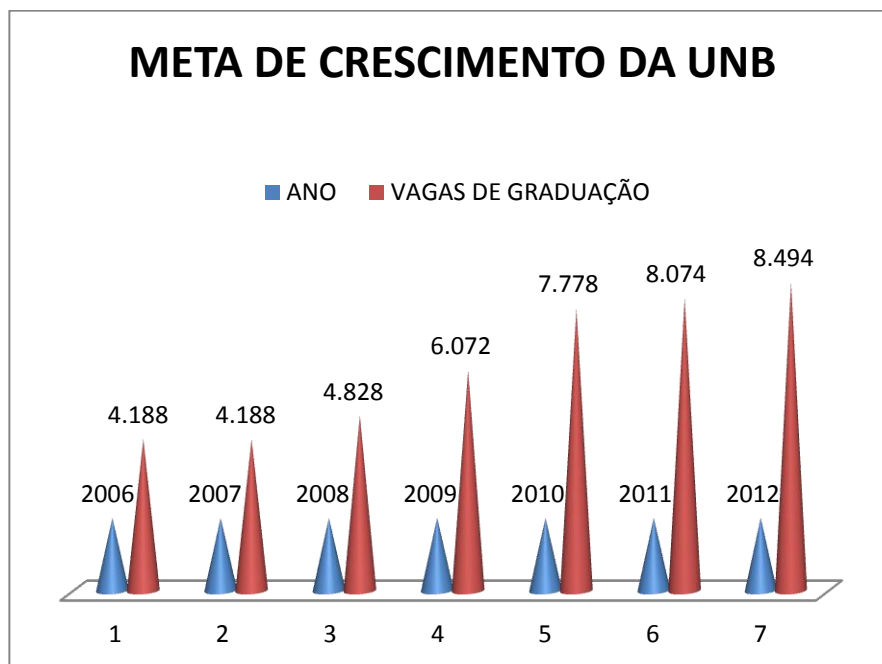
<b>Total</b>			<b>536</b>
<b>Nº</b>	<b>Campus Ceilândia</b>	<b>Início</b>	<b>Vagas por Semestre</b>
25	Enfermagem	2º/2008	45
26	Farmácia	2º/2008	45
27	Fisioterapia	2º/2008	45
28	Fonoaudiologia	2º/2012	34
29	Saúde Coletiva	2º/2008	60
30	Terapia Ocupacional	2º/2008	45
<b>Total</b>			<b>274</b>
<b>Nº</b>	<b>Campus Gama</b>	<b>Início</b>	<b>Vagas por Semestre</b>
31	Engenharia Automotiva	2º/2008	60
32	Engenharia de Energia	2º/2008	60
33	Engenharia de Software	2º/2008	60
34	Engenharia Aeroespacial	1º/2012	40
35	Engenharia Eletrônica	2º/2008	60
<b>Total</b>			<b>280</b>
<b>Nº</b>	<b>Campus Planaltina</b>	<b>Início</b>	<b>Vagas por Semestre</b>
36	Ciências Naturais	2º/2008	40
37	Gestão Ambiental	2º/2008	40
<b>Total</b>			<b>80</b>

Fonte: Decanato de Graduação- DEG 1

O gráfico abaixo demonstra a meta de crescimento das vagas de graduação, levando em conta que as metas nos anos de 2006 e 2007 eram as mesmas.

Com a implantação do REUNI, o número de vagas na graduação obteve um aumento de 100% no período de 2008 a 2012 na quantidade de vagas ofertadas.

**Gráfico 1: Meta de crescimento na UnB**



Elaboração própria.

Fonte: Decanato de Graduação - DEG/UNB

Isso demonstra que no que tange ao critério de criação de cursos e novas vagas o programa cumpriu sua meta dentro da Universidade de Brasília.

#### **4.1.2 Meta de Contratação de docentes X contratação efetiva**

Com o objetivo de viabilizar a expansão proposta pela UnB no âmbito do REUNI, o plano de metas previu a criação de vagas e ampliação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Efetivamente o aumento de 965 vagas de docentes, sendo:

- a) 558 vagas REUNI e UAB (universidade aberta);
- b) 100 vagas para FUP – Faculdade UNB – Planaltina;

- c) 150 vagas para FGA – Faculdade UNB – Gama;
- d) 157 vagas para FCE – Faculdade UNB – Ceilândia.

O quadro abaixo mostra a quantidade de professores efetivos na UnB no período compreendido entre 2006 e outubro de 2012.

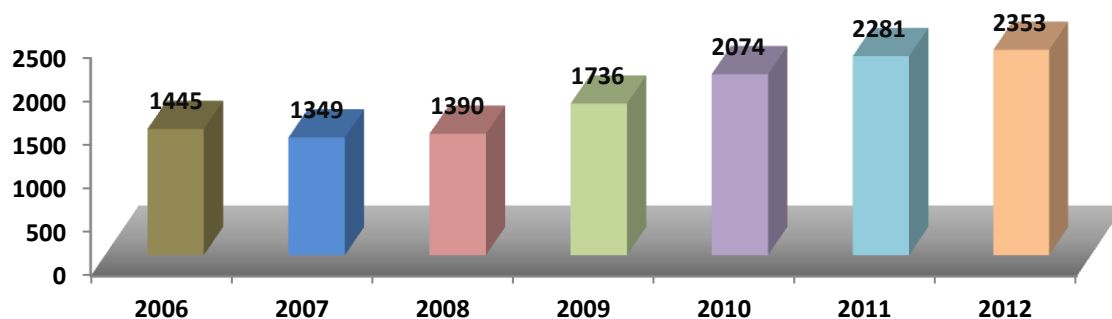
**Tabela 2: Evolução dos docentes da UnB, 2006 a outubro de 2012.**

<b>ANO</b>	<b>DOCENTES ATIVOS</b>	<b>META REUNI</b>	<b>VAGAS</b>
<b>2006</b>	<b>1.445</b>		
<b>2007</b>	<b>1.349</b>		
<b>2008</b>	<b>1.390</b>	<b>Asa Norte/ UAB</b>	<b>558</b>
<b>2009</b>	<b>1736</b>	<b>FUP</b>	<b>100</b>
<b>2010</b>	<b>2.074</b>	<b>FGA</b>	<b>150</b>
<b>2011</b>	<b>2.281</b>	<b>FCE</b>	<b>157</b>
<b>2012</b>	<b>2.353</b>	<b>TOTAL</b>	<b>965</b>

Elaboração própria.

Dados tirados de DGP/DEG, UNB

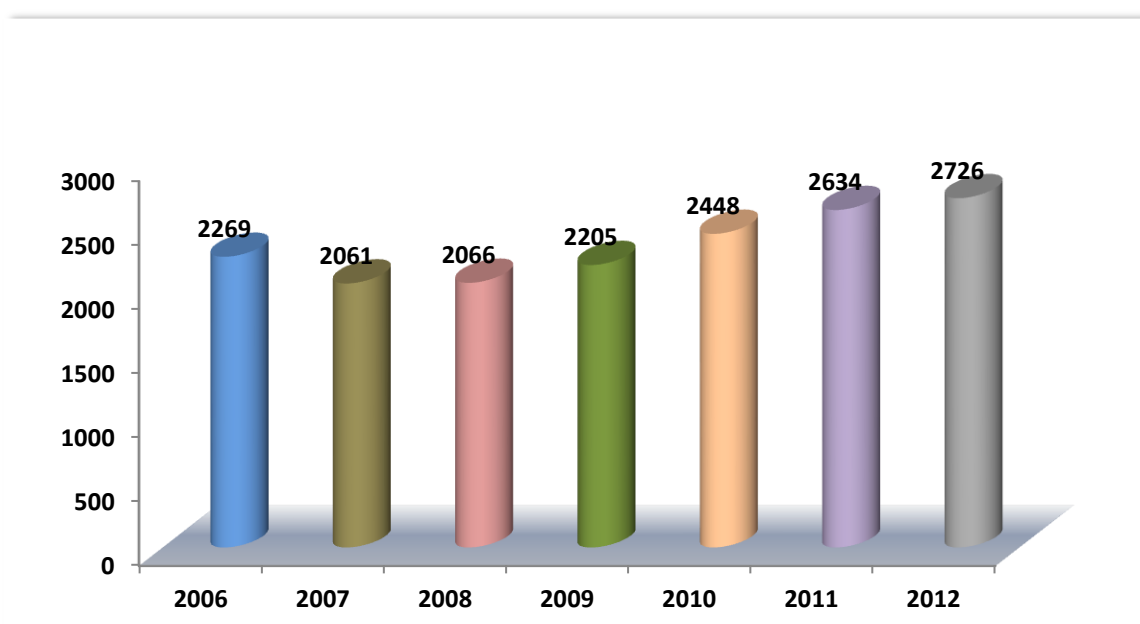
Abaixo, gráfico demonstrando a evolução dos docentes na Universidade de Brasília durante o período de 2006 a 2012. No entanto, observa-se que no período entre 2007 a 2008 houve uma evasão de profissionais para outros órgãos devido a baixa remuneração.

**Gráfico2: Evolução dos docentes da UnB**

Elaboração própria.

Dados retirados de DGP/UNB.

O quadro abaixo mostra a quantidade de técnicos administrativos de servidores efetivos na UnB desde 2006 até outubro de 2012, sendo que, em 2007 e 2008, houve uma redução devido à saída de servidores para outros órgãos

**Gráfico 3: Evolução dos Técnicos Administrativos da UnB.**

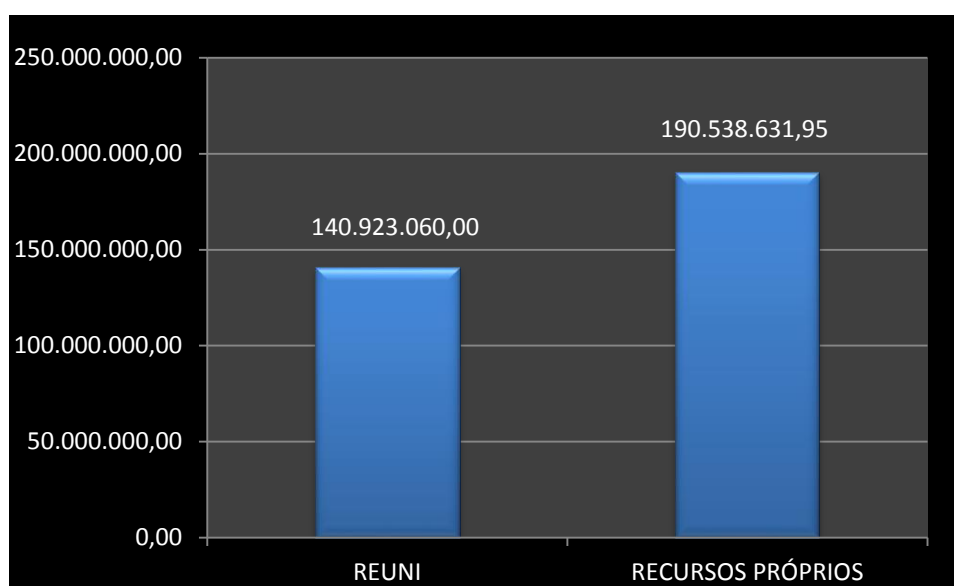
Elaboração própria.

Dados retirados de DGP/UNB

## 4.2 Gastos previstos, orçamento disponibilizado.

O gráfico abaixo demonstra quanto o MEC repassou para a UnB durante o programa REUNI e quanto a UnB gastou com recursos próprios para a conclusão de investimentos com obras novas, maquinário e outros equipamentos, incluindo também despesas de custeio como manutenção e folha de pagamento.

**Gráfico 4: Investimento total do REUNI**



Elaboração própria.

Dados retirados de DCF/DEG, Consultas ao SIAFI período 2008 a 2012.

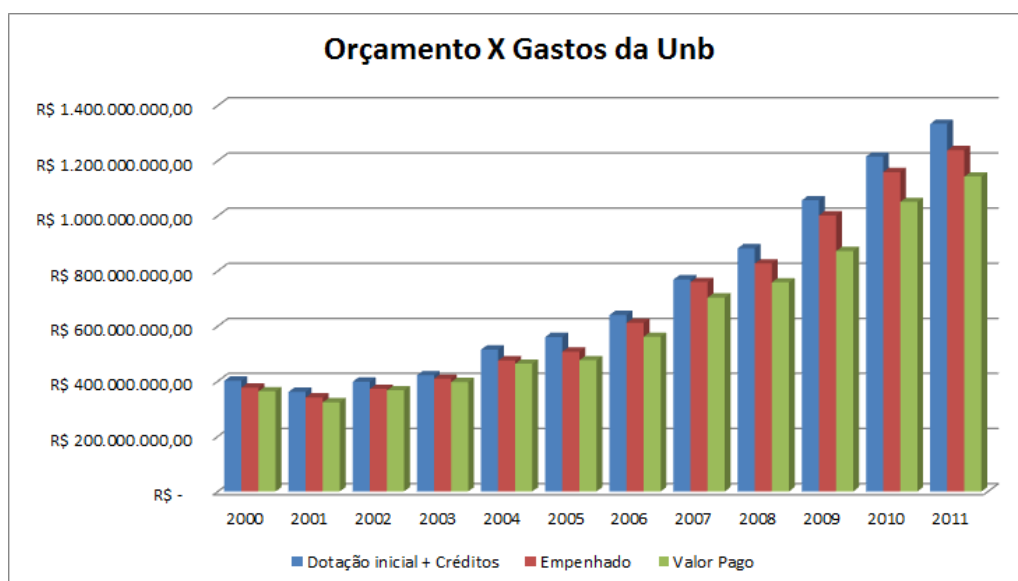
Por meio do gráfico abaixo se pretende mostrar a relação entre a eficiência e eficácia em relação aos gastos públicos.

Observa-se que, nos anos de 2000 a 2003, os gestores recebiam as dotações orçamentárias, empenhavam e pagavam. Praticamente utilizavam todos os recursos disponibilizados pelo governo.

Já, a partir do ano de 2004, o que se observa é que os gestores não utilizam os recursos de forma eficiente e eficaz, pois há uma grande diferença em relação aos recursos que foram recebidos da União, recursos que foram empenhados e recursos que foram pagos.

Essa diferença ocorre, muitas vezes, por falta de gerência de processos em relação a alguns serviços prestados, que muitas vezes não foram entregues por falta de acompanhamento ou fiscalização, devolvendo, assim, recursos para o governo.



**Gráfico 5: Orçamento x Gastos da UnB**

Elaboração própria.

Dados retirados de DCF/UNB

No que se refere ao número de alunos matriculados nas vagas ofertadas pelo programa, a tabela abaixo mostra que a população universitária quase dobrou durante o período de 2000 a 2012. Com o aumento das vagas, aumenta também as críticas recebidas pelos alunos que já ingressaram na universidade, pois, para eles é preciso que haja planejamento para receber novos alunos sem que a qualidade de ensino seja prejudicada.

**Tabela 4: Evolução do número de alunos matriculados na Graduação e na Pós-Graduação no período de 2000 a 2012**

Evolução do Número de Alunos Registrados: Graduação e Pós-graduação 2000 - 2012							
Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Residência Médica	Total da Pós-Graduação	Total geral
<b>2000</b>	18.208	5.417	2.178	836	76	8.507	26.715
<b>2001</b>	20.901	4.901	2.379	926	73	8.279	29.180
<b>2002</b>	21.734	3.610	2.409	1.013	77	7.109	28.843
<b>2003</b>	22.310	4.400	2.574	1.183	87	8.244	30.554
<b>2004</b>	21.771	4.774	2.713	1.282	98	8.867	30.638

<b>2005</b>	20.828	4.902	2.936	1.425	106	9.369	30.197
<b>2006</b>	21.471	1.947	2.840	1.540	100	6.427	27.898
<b>2007</b>	23.414	2.383	2.867	1.637	125	7.012	30.426
<b>2008</b>	25.314	1.362	3.029	1.795	133	6.319	31.633
<b>2009</b>	27.944	756	3.077	1.941	143	5.917	33.861
<b>2010</b>	29.775	1.789	3.309	2.174	152	7.424	37.199
<b>2011</b>	30.803	5.095	3.804	2.816	125	11.840	42.643
<b>2012</b>	31.815	3.659	3.928	3.523	162	11.272	43.087

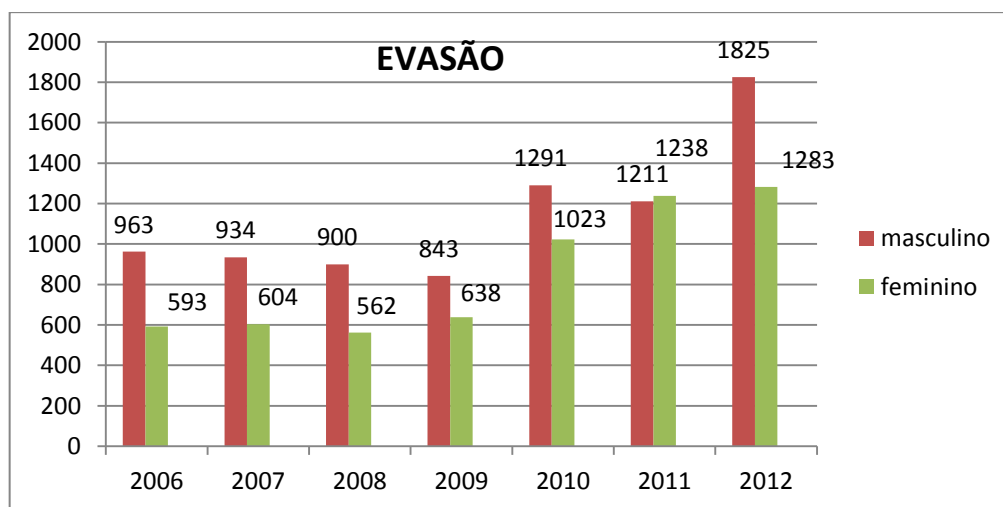
Fonte: SIGRA/SIPPÓS/SPL.

#### 4.2.1 Nível de evasão dos alunos

A evasão em determinado contexto pode ser causada por diversos fatores, dentre eles a falta de infraestrutura adequada, o não atendimento da qualidade docente esperada, a demora em concluir, expectativa não atendida do curso, conciliar trabalho, família ou até mesmo o nível de dificuldade encontrado pelo aluno que ingressa na Universidade com um histórico precário de ensino.

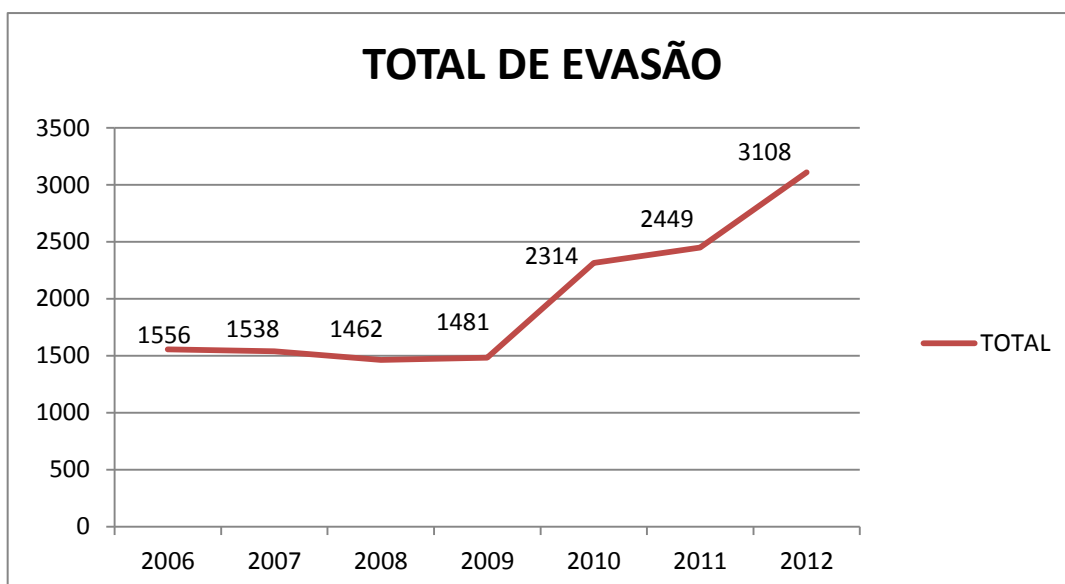
Fazendo um comparativo em relação ao número de alunos matriculados na Universidade de Brasília – UNB, no período de 2008 a 2012, em que foi implantado o REUNI, foi constatado que o nível de evasão dos alunos praticamente dobrou saindo de 5,77% para 9,79%, conforme pode ser observado nos seguintes quadros:

**Gráfico 6: Evasão**



Elaboração Própria. Fonte: SAA/UNB

Gráfico 7: Total de Evasão



Elaboração Própria. Fonte: SAA/UNB

#### 4.2.2 Relação dos gastos e obras feitas na UnB

Abaixo, relacionam-se os gastos feitos com a implementação das obras e as etapas em que os valores foram investidos.

Tabela 5: Investimento - Obras e Reformas	
<b>2008</b>	
	<b>Execução (R\$)</b>
<b>1. Obras e Instalações: Darcy Ribeiro</b>	
Reforma do Módulo 18	467.022,20
Construção de parte do Instituto de Ciências Biológicas	3.513.647,69
<b>2 - Campus do Gama</b>	
Construção do prédio do Campus do Gama - Unidade Acadêmica	8.019.330,11
<b>Subtotal 2008</b>	<b>12.000.000,00</b>
<b>2009</b>	
<b>1. Obras e Instalações: Darcy Ribeiro</b>	
Bloco de salas de aula Eudoro de Sousa	2.142.515,74
CIC/EST	6.680.174,11
Confecção de maquete para edifício bloco de sala de	7.200,00

aula	
FAC – mezanino	1.097.576,21
FAU – mezanino	235.182,80
Reforma Anfiteatro 12 ICC	499.999,99
Reforma Anfiteatros ICC (2; 5; 6; 15; 16 e 19)/ cadeiras anfiteatros	945.811,08
Reforma Anfiteatros ICC (3, 8, 13 e 18)	401.477,83
Reforma das escadas da BCE	32.507,61
Reforma do CID	19.356,99
Reforma Laboratórios FS	14.000,00
Reforma Pavilhão João Calmon	289.634,72
Reforma Salas de Aula ICC	667.240,47
Serviços de Sondagem	5.000,00
Serviços de Topografia	14.200,00
IPOL/IREL	6.716.008,53
<b>2 - Campus do Gama</b>	
GAMA - Unidade de Ensino e Docência	6.955.541,34
Relatório Técnico Ambiental – Gama	94.489,00
<b>3 - Campus da Ceilândia</b>	
Relatório Técnico Ambiental – Ceilândia	78.894,98
<b>Subtotal 2009</b>	<b>20.216.637,29</b>

<b>2010</b>	
<b>1 Campus Darcy Ribeiro</b>	
<b>1.1 Construção</b>	
1.1.1 Blocos de salas de aula sul – 1ª. Etapa	3.848.949,04
1.1.2 3 Módulos de Serviço	4.069.889,77
1.1.3 Termo Aditivo CIC/EST	20.648,01
1.1.4 Termo Aditivo UED	11.841,03
1.1.5 Bloco de Salas de Aula Norte	7.725.701,03
<b>1.2 Reforma de Prédios e de Salas de Aula</b>	
1.2.1 Reforma do Pavilhão Anísio Teixeira	710.057,70
<b>1.3 Reforma de Anfiteatros (ICC)</b>	
1.3.1 Reformas dos Anfiteatros ICC (3, 8, 13 e 18)	761.310,81

1.3.3 Conclusão da Reforma do Anfiteatro 12 do ICC	33.821,65
1.3.4 PRC – material para reforma	17.407,65
<b>1.4 Biblioteca Central</b>	
1.4.1 Termo Aditivo reforma escadas BCE	13.052,97
<b>1.5 Outros</b>	
1.5.1 Recuperação da Praça Maior (pavimentação)	2.955.678,77
1.5.2 Termo Aditivo – recuperação da Praça Maior	500.000,00
1.5.3 Topografia – Casa do Estudante	14.850,00
<b>2 Campus de Ceilândia</b>	
2.1 Módulos de Serviço e Apoio Comunitário	1.662.104,64
<b>3 Campus Gama</b>	
3.1 Módulos de Serviço e Apoio Comunitário	1.689.000,00
<b>4 Campus Planaltina</b>	
4.1 Módulos de Serviço e Apoio Comunitário	1.685.836,93
<b>Subtotal 2010</b>	<b>25.720.150,00</b>

**2011****1. Campus Darcy Ribeiro**

Construção do Prédio do ICS	R\$ 7.794.833,05
Construção de galpão para abrigar equipamentos para a Fazenda Água Limpa	R\$ 291.281,84
Unidade de Laboratórios de Ensino de Graduação - ULEG – FS – 1ª Etapa	R\$ 1.848.074,07
Unidade de Laboratórios de Ensino de Graduação - ULEG – FT	em licitação
CAEP – 1ª Etapa	R\$ 1.623.460,29
Bloco de salas de aula Sul – 2ª Etapa	R\$ 7.240.308,95
FT – Reforma e ampliação do Bloco E	R\$ 266.489,73
IL – Reforma	R\$ 1.913.976,88
SAA – Reforma	R\$ 45.183,06
Reforma dos Anfiteatros 4, 10, 11 e 17	R\$ 1.048.445,77
<b>Subtotal 2011</b>	<b>R\$ 22.072.053,64</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 80.008.840,93</b>

Fonte: Decanato de Graduação – DEG 1

Percebe-se que, apenas na UnB, foram gasto mais de 80 milhões com a implementação desse programa governamental e que, de fato, muitas obras foram iniciadas, mas algumas delas não foram sequer concluídas.

#### **4.2.3 Estado físico atual dos *campi***

O que se pode notar é que efetivamente houve maciço investimento na Universidade de Brasília e que, de fato, houve a expansão da Universidade para outros *campi*, no entanto, após tamanha injeção de dinheiro, a UnB parece não possuir condições para se manter, já que há obras inacabadas, como é o caso do *campus* de Ceilândia, que atualmente funciona em uma escola emprestada pelo governo.

O *campus* central, Darcy Ribeiro, também se encontra em estado de deterioração, pois, apesar de ter recebido novas construções, não foram feitas as reformas necessárias na estrutura que já se encontra demasiadamente antigas, com rachaduras, infiltrações e alagamentos.

Além disso, os equipamentos de segurança necessários em qualquer ambiente, como por exemplo, extintores de incêndio, não estão presentes nas estruturas da Universidade.

## CONCLUSÃO

---

Ao final deste estudo, foi demonstrada a importância do ensino superior, bem como a necessidade de que o ensino seja realmente disponibilizado a todos os que dele necessitam, através de políticas públicas adotadas, enfatizando o ponto de que, para todo o investimento, deve haver também a capacidade de manutenção da estrutura e qualidade de serviço obtida.

Podemos chegar à conclusão de que o REUNI, de fato, ampliou o acesso ao ensino superior, tornando possível o sonho de um nível superior de qualidade para os interessados em grau de formação.

Entretanto, é necessário que mudanças quanto à gestão do programa sejam feitas de modo a propiciar a eficiência dos gastos públicos aplicados ao ensino superior e a manutenção e conclusão das obras que foram iniciadas e ainda não foram concluídas, como é o caso do *campus* de Ceilândia, que ainda funciona em uma escola cedida pelo Governo como já foi dito.

Questões como a apresentada parecem sem importância quando olhadas num contexto geral, mas a má gestão dos recursos governamentais em um só projeto, como é o caso do REUNI analisado na UnB, pode gerar um enorme impacto para os cofres públicos, pois tudo o que é construído precisa de cuidados para ser bem mantido, sob pena de causar enormes prejuízos com sua deterioração.

Assim, considera-se que esta dissertação fez possível o início de estudos acerca dos investimentos do Estado na política pública de prestação de serviços educacionais, especialmente no que tange à Universidade Federal de Brasília.

Por fim, acredita-se que um possível impacto negativo está sendo mascarado na implementação do REUNI na Universidade de Brasília, o que pode colocar em xeque todo o investimento feito, pois a Universidade certamente não possui capacidade econômica para se manter e manter os funcionários e toda a infraestrutura construída, o que pode levá-la à falência ou ainda à super dependência de recursos governamentais, o que certamente acarretará a extinção de sua autonomia ético-política e o desenvolvimento intelectual dos alunos, que estão sempre voltados aos interesses do governo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ARAÚJO, Rhoberta Santana, de. **A implantação do REUNI na Universidade de Pará: um estudo de caso do *campus* universitário de Altamira**, 2011.

BARRO, R. A. **Cross-Country Study of Growth, Saving and Government**.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. **Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias**. Disponível em:

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584/4345>> Acesso em: 15 abr. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>> Acesso em: 13 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.096/07. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 24 de abril de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 200/1967. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.320, de 1964. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 04 de maio de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 3.998 de 1961 **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 15 de dezembro de 1961. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3998.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394 de 1996 **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2013.



\_\_\_\_\_. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira.** Governo Federal. Grupo de Trabalho Interministerial. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>>. Acesso em: 20 de mar. 2013.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CANDIDO JUNIOR, José Oswaldo. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Planejamento e Políticas Públicas.** Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos – DIMAC /IPEA, n. 23, junho de 2001. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/77/88>> Acesso em: 02 de abr. 2013.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996. p.186.

CONTI, José Maurício. **Orçamentos Públicos:** a Lei 4.320/1964 comentada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 66.

EMERICK, Gildete Dutra. **Aspectos da política de educação superior e formação profissional no Brasil.** 2006. 177 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2006. Disponível em <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/7510>> Acesso em: 1º abr. 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.p. 123-125.

FUB. **Plano de Reestruturação e Expansão Universidade de Brasília, 2008-2012.** Brasília: Editora UnB 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano de Expansão da Universidade de Brasília.** Brasília: Editora UnB 2005. p.5-6.

GIACOMANI, James. **Orçamento Público.** 15. ed., ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2010.

IDEIA DE UNIVERSIDADE. Organizado por Valerio Rohden. Canoas: Ed. ULBRA, 2002. p. 54.

LOPES, Carlos Magno de Lima. **O REUNI e a intensificação do trabalho docente**. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011>> Acesso em: 06 mar. 2013.

MACHADO, Nelson. **Sistema de informação de custo**: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005. p. 46.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: a política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEC. REUNI. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

MELO, Livia Veleda de Sousa e. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal**: Universidade de Brasília: Faculdade UnB Planaltina. 2009. 179 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em:<[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4921](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4921)> Acesso em 1ºabr. 2013.

NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes. **Reforma da educação superior no governo Lula**: debate sobre ampliação e democratização do acesso. 2008. 197 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em:<[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3765](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3765)> Acesso em: 1º abr. 2013.

PEREIRA, Orlando P. Estudios Económicos de Desarrollo Internacional. **Importância Da Intervenção Pública na Economia de Mercado** AEEADE, 2005. v. 1-5.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 27-28.

REIS, Jair Teixeira dos. **Resumo de direito financeiro**. Brasília: Vestcon, 2008. p. 17.

SAMPAIO, Anita Lapa Borges de. **Autonomia universitária**: um modelo de interpretação e aplicação do artigo 207 da Constituição Federal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 21; 89; 112.

SAMUELSON, Paul Anthony; NORDHAUS, William D. **Economia**. 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.

SEVERINO, A. J. **Expansão do Ensino Superior**: contextos, desafios, possibilidades, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

SILVA, Jorge Luiz Mariano; ALMEIDA, Júlio César Lima de. Eficiência no Gasto Público com Educação. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/320/280>> Acesso em: 02 abr. 2013.

SILVA, José Paulino da. **Autonomia universitária**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1986. p. 22.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudanças na produção. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 31.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 132.

TEIXEIRA CAMPAGNARO, Arilton Carlos; SANT'ANNA, José Mário Bispo. **Efeitos dos Gastos Públicos sobre o PIB**: um teste empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo.

UNESCO; CRUB. Tendências da educação superior para o século XXI. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. **Anais...** Brasília-DF: [s. n.], 1999.

**Sítios eletrônicos utilizados para colher informações:**

<[http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/apresentacoes/financiamento\\_ensino.pdf](http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/apresentacoes/financiamento_ensino.pdf)>

<<http://reuni.unb.br/inicio/reuni-na-unb/58-historico-do-programa-reuni-na-unb.html>>

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/15/investimentos-em-educacao-e-saude-no-brasil-estao-longe-dos-padroes-internacionais-diz-ipea>>

**FONTES DOS GRÁFICOS:**

Fonte: Decanato de Graduação – DEG 1: <http://reuni.unb.br/novos-cursos.html>

Fonte: Decanato de Graduação – DEG 1: <http://reuni.unb.br/novos-cursos.html>